

DESTAQUES

Ações e Programas do Governo Federal

JULHO 2008

Secretaria de
Comunicação
Social



APRESENTAÇÃO

Três ações, lançadas em julho de 2008, fortalecem a estratégia do Brasil para conter os preços dos alimentos: o Programa Mais Alimentos, o Plano Agrícola e Pecuário e o Plano Safra da Agricultura Familiar. Os resumos se encontram nas páginas 38, 45, 52 e 53 desta edição.

Além das atualizações, estão registrados os avanços na qualidade do ensino básico, medidos pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb – e o fato de que o ProJovem, aprovado pelo Congresso, agora é lei. Entre outros temas de interesse estão o Fundo Soberano do Brasil, Reforma do Código do Processo Penal e Projeto São Francisco.

Ao rodapé de cada página, o leitor encontrará as datas de atualização das informações e eventuais erratas em relação às edições anteriores. Críticas e sugestões serão sempre bem-vindas e podem ser enviadas para destaques.secom@planalto.gov.br.

ATUALIZADO MENSALMENTE

Calendário de divulgação deste caderno (2008):

JAN	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
23	05	09	07	04	09	06	03	08	05	03

Versão eletrônica:



www.presidencia.gov.br ou www.brasil.gov.br

As informações divulgadas aqui são, em geral, obtidas diretamente de ministérios e instituições da administração federal. Informações de origem diversa são veiculadas mediante citação da fonte. Críticas e sugestões são bem-vindas e podem ser enviadas para destaques.secom@planalto.gov.br.

É permitida a reprodução, total ou parcial, mediante citação da fonte. É livre a utilização de links para “Destaques” em sítios web. Edições anteriores podem ser obtidas no seguinte endereço: http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/Subsecretaria/publicacoes/destaques/

Fique atualizado; consulte também :

em questão

http://www.brasil.gov.br/noticias/em_questao

SUMÁRIO

página

■ Apresentação	2
■ Parte 1 – Brasil hoje	5
Retrato Social	6
Retrato Econômico	7
Democracia	8
Biocombustíveis	9
Política Externa	11
■ Parte 2 – Programas de 2007 e 2008 (resumos)	12
Programa de Aceleração do Crescimento – PAC	13
Cidadania e Inclusão Social	15
Bolsa Família – Agenda Social	16
Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE	17
Plano Nacional de Turismo – PNT	18
Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci	19
Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem – Agenda Social	20
PAC Funasa	21
Povos Indígenas – Agenda Social	22
Pessoas com Deficiência – Agenda social	23
Mais Cultura – Agenda Social	24
Criança e Adolescente – Agenda Social	25
Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação	26
Quilombolas – Agenda Social	27
Mais Saúde	28
Registro Civil de Nascimento e Documentação Civil Básica – Agenda Social	29
Territórios da Cidadania – Agenda Social	30
Reforma Tributária	32
Mulheres – Agenda Social	34
PAC Embrapa	35
Plano da Amazônia Sustentável – PAS	36
Política de Desenvolvimento Produtivo - PDP	37
Mais Alimentos	38
■ Parte 3 – Temas setoriais e atualidades	39
Justiça	40
Fundo Soberano do Brasil	41
Portos	42
Indústria Naval	43
Reserva Indígena Raposa Serra do Sol	44
Inflação e Alimentos	45
Comparativo Econômico 2003-2008	46
Crédito	47
Previdência Social	48
Combustíveis	49
Energia Elétrica	50
Desmatamento e Aquecimento	51
Agricultura e Pecuária	52
Mudança no Campo	53
Reforma Agrária	54
Integração Nacional	55
Projeto São Francisco	56
Relação com Municípios	57
Relação com Estados	58
Aqüicultura e Pesca	59
Habitação	60
Saneamento	61
Inclusão Digital	62
Esportes	63
■ Parte 4 – Biblioteca: Estudos, artigos, pesquisas e anexos	64
PNDS 2006 - Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde	65
Estudo: A queda da desigualdade entre as pessoas ocupadas – IPEA	66
Pnad 2006 – Suplementos divulgados pelo IBGE em 28mar/08	67
ODM – Relatório 2007 – Pnud	68
Ambiente de Negócios	69
Exportações por Bloco Econômico	72
Conselhos e Conferências 2003 a 2008	73

1 – BRASIL HOJE

Índice

Tema	Página
1. Retrato Social	6
2. Retrato Econômico	7
3. Democracia	8
4. Biocombustíveis	9
5. Política Externa	11

"...temos instrumentos, conhecimento e experiência suficientes para enfrentar com êxito este que é o nosso maior desafio econômico de curto prazo. Vamos controlar a inflação, porém mantendo o crescimento sustentável."

Presidente Lula, na Bovespa – Bolsa de Valores de São Paulo. São Paulo - SP, 16jun/08

RETRATO SOCIAL

Ações do governo beneficiam todas as camadas da sociedade

Redução da desigualdade

- Desigualdade de renda medida pelo Índice de Gini caiu para 0,541 em 2006 (o menor desde 1981).
- Desigualdade entre rendimentos das pessoas ocupadas nas seis principais regiões metropolitanas caiu quase 7% (4º tri/02-1º tri/08)¹ – ver pág. 66.
- Brasil pela primeira vez entre os países de alto IDH².
- País já ultrapassou meta de reduzir à metade extrema pobreza até 2015 (ODM³).
- Saíram da miséria 9,7 milhões de brasileiros (2003-2006); incorporados 19,7 milhões de brasileiros à classe B e 28,9 milhões à classe C (2003-2008)⁴.

Aumento da renda

- Renda das famílias chegou a mais de R\$ 1 tri⁵.
- Renda média real aumentou 5,3% entre 2003 e 2006. (PNAD)
- Reajuste real de 54,9% para o salário mínimo (jan/03-mai/08).
- Em 2007, 88% dos acordos salariais superaram a inflação (Dieese).

Qualidade de vida (PNAD 2006)

- Aumentou acesso a bens de consumo duráveis (2005-2006): mais domicílios com geladeira, máquina de lavar roupa e televisão.
- Aumentaram domicílios atendidos por energia elétrica, de 97,2% para 97,7%, e telefonia, de 71,6% para 74,5% (2005-2006).
- Aumentou acesso a saneamento básico, água e coleta de lixo (dois a três pontos percentuais entre 2002-2006).

Educação

- ProJovem: 237 mil jovens (jun/08); Prouni: 385 mil alunos (jun/08).
- Universidades federais: dez novas, duas consolidadas e três em tramitação. Extensões universitárias: 48 (entre 2003-2006), 15 (2007-2008) e 25 consolidadas.
- Novas escolas técnicas: 214 (64 em 2003-2007, 50 já em funcionamento), mais 150 (expansão 2007-2010, sendo 40 com licitações de obras concluídas, 29 com licitações em andamento e 81 a serem iniciadas).

Programas sociais

- Bolsa Família: 11,1 milhões de famílias(jun/08).
- Transferidos pelo BPC⁶: R\$ 1,2 bi, beneficiando 2,8 milhões de idosos/pessoas com deficiência (jun/08).
- Luz Para Todos: 7,9 milhões de pessoas beneficiadas (mai/08).
- Contratados no Pronaf (ano agrícola 2006/2007): R\$ 8,4 bi.
- Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 2007: R\$ 403 mi.
- Famílias assentadas: 450 mil, em 39 milhões de ha (2003-2007).
- Selo Combustível Social.

Participação social

- Mais de 3,4 milhões de pessoas em 130 conselhos e 48 conferências.

¹ Fonte: IPEA (23jun/08). <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/DesigualdadeRenda.pdf>.

² Índice de Desenvolvimento Humano.

³ Objetivos do Milênio.

⁴ Fonte: Estudo da Consultoria Target, publicado no Jornal "O Globo" (08jun/08).

⁵ Fonte: Estudo da Consultoria MB Associados, publicado no Jornal "O Estado de S. Paulo" (2mar/08).

⁶ Benefício de Prestação Continuada.

RETRATO ECONÔMICO

País volta a crescer de forma sustentável, com distribuição de renda e aumento do emprego formal

PIB

- +5,8% na comparação 1º tri/08-1º tri/07: maior expansão desde 1996. Aumenta há 25 trimestres consecutivos.
- R\$ 2,6 tri em 2007 (+5,4% frente 2006).
- PIB per capita em 2007: R\$ 13,5 mil (+4% frente 2006).

Emprego

- 11,2 milhões de ocupações criadas, 9,1 milhões formais (jan/03-mai/08).
- Recorde histórico em 2007: 1,6 milhão de novos postos formais celetistas.
- Melhor cinco primeiros meses (2008) da série histórica do Caged: 1,1 milhão postos.
- Menor taxa anual média de desocupação da série histórica em 2007: 9,3%.

Consumo

- +6,6% na comparação 1º tri/08-1º tri/07. Aumenta há 18 trimestres consecutivos.
- R\$ 1,6 tri em 2007 (+6,5% frente 2006).

Investimentos

- Investimentos (Formação Bruta de Capital Fixo): +15,2% na comparação 1º tri/08-1º tri/07. Aumenta há 17 trimestres consecutivos.
- R\$ 450 bi em 2007 (+13,4% frente 2006): maior taxa anual da série histórica.
- Investimentos Estrangeiros Diretos: US\$ 34,6 bi em 2007 (quase dobrou em relação a 2006) e US\$ 14 bi acumulados em 2008 (jan-mai/08).
- País obteve classificação de grau de investimento por 5 agências de risco¹.
- Investimentos Brasileiros Diretos no Exterior: US\$ 7 bi em 2007 e US\$ 7,6 bi acumulados em 2008 (jan-mai/08).

Balança comercial²

- Exportações: US\$ 178,1 bi; Importações: US\$ 147,3 bi - recordes históricos.
- Saldo: US\$ 30,8 bi (-35,1%).

Inflação

- IPCA: 0,79% (mai/08) - maior alta mensal desde abr/05 - e 5,58% (últimos 12 meses).

Reservas internacionais

- US\$ 200,8 bi (30jun/08). Pela primeira vez, Brasil é credor externo.

Superávit primário

- 6,55% do PIB acumulado em 2008 (jan-mai/08). Recorde histórico do período.
- Pela primeira vez, país obteve superávit nominal: 0,34% do PIB (jan-mai/08).

Produção industrial

- Mai/08: crescimento de 2,4% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Produção e venda de veículos

- Recordes históricos na produção (3 milhões) e nas vendas (2,5 milhões) em 2007.

Comércio varejista

- Abr/08: crescimento de 8,7% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Agricultura

- 133,1 milhões de toneladas de grãos em 2007 (IBGE). Recorde histórico.

Crédito

- Ultrapassou, em mai/08, R\$ 1 tri, equivalente a 36,5% do PIB (ver pág. 47).

¹ Concederam grau de investimento ("investment grade") a títulos emitidos pelo Brasil as seguintes agências de risco: JCR (13jun/07), R&I (22abr/08), Standard & Poor's (30abr/08), DBRS (28mai/08) e Fitch Ratings (29mai/08).

² Acumulado nos últimos 12 meses (jun/08). Entre parêntesis, comparação com o mesmo período do ano anterior.

DEMOCRACIA

Relação construtiva entre poderes, consolidação dos canais de participação social, mais transparência e fortalecimento dos órgãos de fiscalização

Transparência e controle sobre gastos governamentais

- Portal da Transparência: mais de 673 milhões de registros sobre gastos (R\$ 4,4 tri). Registros de: 17 milhões de beneficiários de programas sociais; recebedores de crédito (294 mil pessoas jurídicas, 1,6 milhão de pessoas físicas); 9.700 portadores de cartões de pagamento; 411 programas sociais e 2.110 ações de governo. Acesse: www.portaltransparencia.gov.br/
- 344 órgãos e entidades da Administração Pública Federal com páginas de Transparência Pública na internet. Acesse: www.portaltransparencia.gov.br/
- CGU¹ mobilizou mais de 25,2 mil cidadãos em 924 municípios; distribuiu mais de 1,6 milhão de cartilhas; sensibilizou mais de 187 mil estudantes sobre a importância do exercício da cidadania e do controle social. Acesse a cartilha: www.cgu.gov.br/olhovivo/Recursos/Publicacoes/arquivos/cartilha_olhoVivo.pdf
- Fiscalizados 1.401 municípios e 69 temas² em 24 estados, definidos por sorteio, envolvendo R\$ 15,6 bi em recursos federais (até jun/08).
- Instaurados mais de 26 mil processos administrativos disciplinares, acarretando 1.728 punições expulsivas: 1.499 demissões, 130 destituições de cargos em comissão e 99 cassações de aposentadorias (2003 a maio/08).

Ampliação de mecanismos de fiscalização e controle (exemplos)

- Polícia Federal: combate ao crime organizado e desmantelamento de quadrilhas de tráfico, contrabando, corrupção e crime ambiental.
- Ibama e PF: repressão a crimes ambientais.
- DRCI³: em cooperação internacional, combate à lavagem de dinheiro.
- RFB⁴: unifica arrecadação de Fazenda e Previdência e reduz sonegação.
- Decreto 6.428/2008: regras mais rígidas para repasses a entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos (ONG's). www.convenios.gov.br/portal/
- Aprimoramento do Cartão de Pagamento do Governo Federal (dec. 6.370/2008).

Valorização e inovação administrativa

- Criação/fortalecimento de secretarias especiais: Promoção da Igualdade Racial, Direitos Humanos e Políticas para as Mulheres – com status de ministério (2003).
- Criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (2003).
- Criação da SRI⁵ (2005): mais diálogo com Parlamento e entes federados.

Participação social

- Criação, recriação e consolidação de Conselhos Nacionais que promovem diálogo do poder público com a sociedade (ver pág. 73).
- 49 conferências nacionais, estaduais e municipais, com participação de mais de 3,4 milhões de pessoas, para aprimorar políticas públicas.
- Pluralidade social na agenda do Presidente.

¹ Controladoria-Geral da União.

² Por exemplo: saúde, educação, programas sociais, entre outros.

³ Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional.

⁴ Receita Federal do Brasil.

⁵ Secretaria de Relações Institucionais.

BIOCOMBUSTÍVEIS

Biocombustíveis brasileiros são instrumento de transformação econômica e social e produzem energia limpa e renovável

Matriz energética

- Cana-de-açúcar supera, em 2007, a produção de energia por hidrelétricas¹.
- Energias obtidas por fontes renováveis responderam por 70% (do total de 13,5 milhões de toneladas) do aumento nas fontes produtoras de energia em 2007. Sua participação no país subiu de 44,9%, em 2006, para 46,4%, em 2007.

Críticas sobre os biocombustíveis

- Biocombustíveis ocuparão área destinada à plantação de alimentos e contribuirão para a alta de seus preços.
- Condições “primitivas” de trabalho dos cortadores de cana².

Posição do Governo

- Aumento do preço dos alimentos resulta de combinação de fatores: alta do preço do petróleo; queda nas safras de vários países; mudanças cambiais; especulação nos mercados financeiros e aumento do consumo de alimentos.
- Expansão dos biocombustíveis é compatível com produção de alimentos: fome no Brasil diminuiu no período em que cresceu uso dos biocombustíveis. Desde 1995, produção de alimentos triplicou e área plantada aumentou só 19%.
- Biocombustíveis são instrumento de transformação em países mais pobres: geram renda, emprego e produzem energia limpa e renovável.
- Etanol brasileiro é à base de cana-de-açúcar³, que seqüestra carbono no plantio e emite menos poluentes no motor dos automóveis. Ocupa menos de 1% da área do Brasil e 3% da agricultável e não reduz nem utiliza área de produção de alimentos.
- Reduz importação de petróleo, com efetivos ganhos na balança comercial.

Exportações brasileiras de etanol

- Exportações: 1,54 bilhão de litros nos cinco primeiros meses de 2008 (+16% em relação ao mesmo período de 2007 e +108% em relação ao de 2006).

Atos Normativos

- Lei 11.727/08 – álcool: nova sistemática de tributação; maior equilíbrio na repartição da carga tributária entre produtores/distribuidores; desestímulo à fraude/sonegação.
- Decreto 6.458/08: ampliou desoneração fiscal de tributos federais no biodiesel. Reduziu a zero alíquotas de Pis/Pasep e Cofins para biodiesel fabricado a partir de qualquer oleaginosa cultivada por agricultores familiares nas regiões N, NE e semi-árido (anteriormente, benefício era exclusivo para mamona e palma).

Leilões de biodiesel

- Movimentação de mais de R\$ 887 mi nos leilões 8 e 9, realizados em abr/08 pela ANP. Contratado volume necessário (330 milhões de litros) para abastecimento regular da mistura B3 (3% de biodiesel)⁴ no 3º trim/08.
- Durante abr-mai/08, Petrobrás realizou leilões para formação de estoque de biodiesel. Adquiriu mais de 140 milhões de litros.

Perspectivas

- Conferência Internacional sobre Biocombustíveis (nov/08), em São Paulo.
- Zoneamento agroecológico da cana deve ser concluído em 31jul/08.
- Conselho da União Européia discute utilização de 10% de etanol até 2020.
- Diálogo entre trabalhadores e empresários para melhoria de condições de trabalho.

¹ Fonte: Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

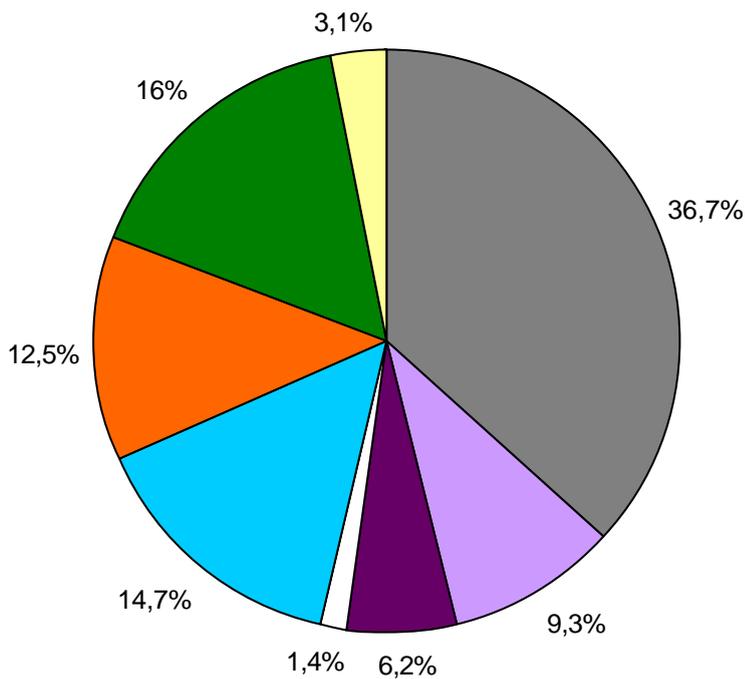
² “Human cost of Brazil's biofuels boom”, Los Angeles Times, 16jun/08.

³ Nos EUA, etanol é produzido à base de milho: alimento humano e animal.

⁴ A partir de 1jul/08, o diesel comercializado no Brasil deverá ter, obrigatoriamente, 3% de biodiesel, mistura chamada B3.

BIOCOMBUSTÍVEIS

Matriz Energética Brasileira - 2007



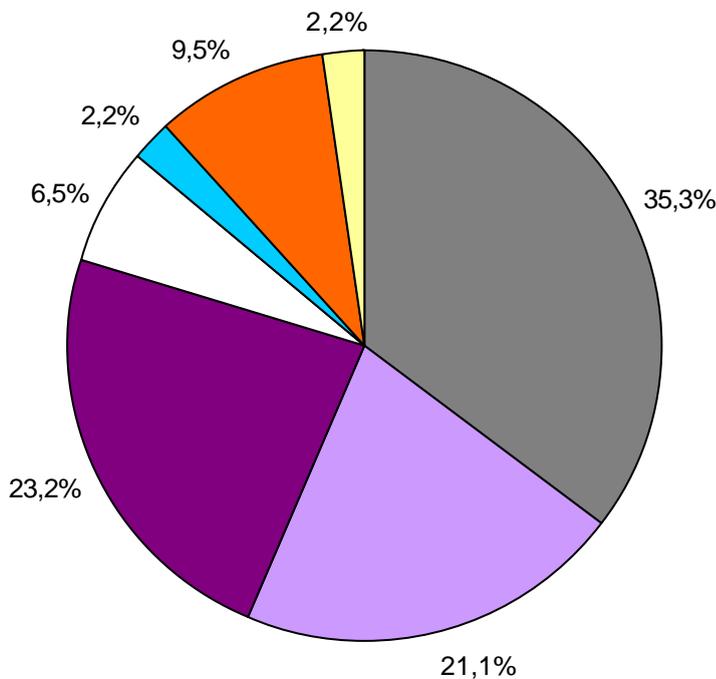
Hidráulica e Elétrica 14,7%
 Lenha e Carvão Veg. 12,5%
 Cana-de-açúcar 16,0%
 Outros renováveis 3,1%

Renováveis 46,4%

Não Renováveis 53,6%

- Petróleo e derivados
- Gás Natural
- Carvão mineral e derivados
- Urânio e derivados
- Hidroeletricidade
- Lenha e carvão vegetal
- Produtos de cana-de-açúcar
- Outros renováveis

Matriz Energética Mundial - 2006



Hidroeletricidade 2,2%
 Lenha e Carvão Vegetal 9,5%
 Biomassa Moderna e Outras 2,2%

Renováveis 13,9%

Não Renováveis 86,1%

- Petróleo e derivados
- Gás Natural
- Carvão mineral e derivados
- Nuclear
- Hidroeletricidade
- Lenha e carvão vegetal
- Biomassa Moderna e Outras *

*Biomassa moderna: inclui derivados da cana-de-açúcar.

Fonte: Empresa de Pesquisa Energética – EPE e ANEEL

Errata: os exemplares dos meses anteriores a julho contêm um erro no gráfico "Matriz Energética Mundial – 2007" na comparação entre fontes renováveis e não renováveis. Favor desconsiderá-los.

POLÍTICA EXTERNA

País defende seus interesses e amplia influência na política global

Relações multilaterais

- Rodada Doha (OMC): com G-20, Brasil se torna interlocutor indispensável na defesa dos países emergentes, contra o protecionismo e distorções do comércio agrícola.
- Mudanças do clima: países pobres são principais vítimas do aquecimento global causado mais pelos países ricos: responsabilidades comuns, porém diferenciadas.
- Aquecimento global exige redução do desmatamento e diversificação da matriz energética. Uso de biocombustíveis é alternativa para dependência de fontes não-renováveis (caras e concentradas em poucas mãos). Etanol deve ser *commodity*. Campanha internacional contra difamação dos biocombustíveis.
- ONU: participação ativa no processo de reforma, a favor de maior representatividade, e em operações de paz, levando em conta necessidades de desenvolvimento sustentável (ex.: Haiti).

América do Sul, Mercosul e Unasul¹

- Prioridade: construção de espaço econômico interligado e socialmente solidário.
- Mercosul²: comércio atingiu US\$ 17 bi em 2007 (contra US\$ 5,7 bi em 2003). Fundo de Convergência Estrutural: US\$ 100 mi contra assimetrias. Brasil: maior contribuinte (70%). Parlamento do Mercosul é realidade. Abolido passaporte entre membros.
- Banco do Sul (ata de fundação assinada em dez/07): um banco de fomento genuinamente sul-americano, para financiar projetos em setores-chave.
- Unasul: Tratado Constitutivo, de mai/08, dá personalidade jurídica à União.

Cooperação Sul-Sul

- Brasil defende nova geografia mundial: não excludente, global, fundada em parcerias para promover paz, justiça e desenvolvimento integral dos povos.
- Ibas³: com África do Sul e Índia, é foro inovador de diálogo político e cooperação trilateral. Reunião na Cidade do Cabo (mai/08) reafirma cooperação Sul-Sul como pilar fundamental na construção de ordem internacional mais inclusiva e solidária.
- Cúpulas regionais pioneiras da América do Sul com África (segunda cúpula, em Caracas, nov/08); e países árabes (segunda cúpula em Doha, mar/09); participação ativa em processo de paz no Oriente Médio (Conferência de Annapolis – EUA).

Diálogo com parceiros tradicionais

- Diálogo maduro e equilibrado com países desenvolvidos faz Brasil ser mais ouvido. Diálogo ampliado no G-8 inclui países em desenvolvimento nas decisões globais.
- Relação com os EUA: além dos temas tradicionais, biocombustíveis impulsionaram maior cooperação entre os dois países.
- Parceria estratégica com a União Européia: foco em C&T, mudança do clima, biocombustíveis e cooperação em benefício de terceiros países.

Países da Ásia

- Aproximação e aprofundamento de relações com região que mais cresce no mundo.
- Reunião com Rússia, Índia e China (Ekaterinburg, mai/08) consolida BRIC⁴s como fórum relevante.
- Retomada de parceria com Japão (ex.: centenário da imigração japonesa em 2008).

¹ Unasul: União de Nações Sul-Americanas.

² Link para o discurso do Presidente da República na 35.ª reunião do Mercosul na posse da Presidência Pro Tempore: www.info.planalto.gov.br/download/discursos/pr751-2@.doc

³ Ibas: Fórum de Diálogo entre Índia, Brasil e África do Sul.

⁴ BRICs: Brasil, Rússia, Índia e China

2 – PROGRAMAS DE 2007 E 2008

Índice

Tema	Página
■ Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – 22jan/07	13
■ Cidadania e Inclusão Social	15
■ Bolsa Família – Agenda Social	16
■ Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE – 24abr/07	17
■ Plano Nacional de Turismo – PNT – 13jun/07	18
■ Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci – 20ago/07	19
■ Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem – Agenda Social – 5set/07	20
■ PAC Funasa - 19set/07	21
■ Povos Indígenas – Agenda Social – 21set/07	22
■ Pessoas com Deficiência – Agenda Social – 26set/07	23
■ Mais Cultura – Agenda Social – 4out/07	24
■ Criança e Adolescente – Agenda Social – 11out/07	25
■ Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação – 20nov/07	26
■ Quilombolas – Agenda Social – 20nov/07	27
■ Mais Saúde – 5dez/07	28
■ Registro Civil de Nascimento e Documentação Civil Básica – Agenda Social – 6dez/07	29
■ Territórios da Cidadania – Agenda Social – 24fev/08	30
■ Reforma Tributária – enviada ao Congresso em 28fev/08	32
■ Mulheres – Agenda Social – 5mar/08	34
■ PAC Embrapa – 23abr/08	35
■ Plano da Amazônia Sustentável – PAS – 8mai/08	36
■ Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP – 12mai/08	37
■ Programa Mais Alimentos – 3jul/08	38

PAC: CRESCIMENTO ACELERADO

Balanço de 16 meses aponta 98% de ações com andamento satisfatório, 5% das quais já concluídas.

“O PAC combina um conjunto expressivo de investimentos em infra-estrutura com desonerações tributárias e melhoras institucionais no ambiente de negócios, e transforma o País em um verdadeiro canteiro de obras que vão da logística de transporte ao saneamento e habitação. Ao colocar o aumento do investimento em infra-estrutura como prioridade da política econômica, o PAC representou uma mudança na agenda dessa política.”

Presidente da República, 16jun/08, na Bovespa, São Paulo-SP.

Programa de Aceleração do Crescimento

- Prevê investimentos de R\$ 503,9 bi até 2010, divididos em três eixos: logística (R\$ 58,3 bi), energia (R\$ 274,8 bi) e social e urbano (R\$ 170,8 bi).
- Garante significativas desonerações de tributos e medidas fiscais de longo prazo para incentivar investimentos. Desonerações previstas para 2007 e 2008 ultrapassam R\$ 16 bi.

Balanço de 16 meses (4jun/08)

- 2120¹ ações monitoradas.
 - **Estágio:** 61% em obras, 20% em licitação, 14% em projeto ou licenciamento e 5% de obras concluídas.
 - **Situação:**
 - Em quantidade das ações: 98% têm andamento satisfatório (87% com ritmo adequado², 6% merecem atenção³ e 5% concluídas); 2% estão preocupantes⁴.
 - Em valores das ações: 98% têm andamento satisfatório (88% estão adequadas, 6% merecem atenção e 4% concluídas); 2% estão preocupantes.
- 2007 - destinados R\$ 16,5 bi do OGU⁵ para investimentos do PAC:
 - 97% empenhados.
 - R\$ 7,3 bi pagos: R\$ 4,5 bi do exercício e R\$ 2,8 bi de despesas de anos anteriores (70% da dotação dos restos a pagar).
- Pagamentos do PAC (jan/07 a mai/08): R\$ 10,5 bi, valor sete vezes maior que o pago em mai/07.
- Licenciamento ambiental: Ibama emitiu 101 licenças, nove delas com a participação da Funai.
- AGU⁶: 619 ações acompanhadas desde junho de 2007.

Mais informações: www.brasil.gov.br/pac

¹ A variação de empreendimentos monitorados pelo PAC variou de 2.126 (jan/08) para 2.120 (mai/08) em razão do reagrupamento de algumas ações.

² Ritmo adequado: com cronograma em dia e com os riscos administrados.

³ Merecem atenção: com cronograma em dia e risco potencial ou com pequeno atraso e/ou com risco potencial.

⁴ Preocupantes: com elevado risco, independentemente do cronograma ou com significativo atraso no cronograma.

⁵ Orçamento Geral da União.

⁶ Advocacia Geral da União.

PAC – AÇÕES CONCLUÍDAS

88 ações concluídas – R\$ 10,1 bi

Logística: 13 ações, R\$ 798 mi

- Rodovias: 166 km, R\$ 158 mi.
 - BR-101/PE – Acesso ao Cabo e adequação.
 - BR-060-DF/GO – Trecho GO; duplicação.
 - BR-050/MG – Uberaba-Uberlândia; duplicação.
- Portos: R\$ 12,7 mi.
 - Terminal Salineiro de Areia Branca/RN – Potencialização do sistema de atracação.
 - Porto Hidroviário de Nhamundá/AM - Construção.
- Marinha Mercante: cinco lotes, 34 embarcações, R\$ 415 mi.
 - Oito no RJ; 12 em SC; 10 no AM; um no RS; três em SP.
- Aeroportos: R\$ 212 mi.
 - Congonhas (São Paulo/SP): reforma, adequação e modernização do terminal de passageiros e pista.
 - Santos Dumont (Rio de Janeiro/RJ): reforma e ampliação de terminal de passageiros, pistas e pátios.
 - Presidente Castro Pinto (João Pessoa/PB): reforma e ampliação do terminal de passageiros e reforço da pista de pouso.

Energia: 75 ações, R\$ 9,3 bi

- Geração de Energia: 790 MW, R\$ 1,7 bi.
 - Usina Hidrelétrica Castro Alves/RS – 130 MW; Usina Termelétrica Canoas/RS – conversão – 90 MW; Usina Termelétrica Biomassa – 140 MW (Santa Isabel/SP, Interlagos/SP, São João Biogás/SP, Quirinópolis/GO).
- Transmissão de Energia: 2.824 km, R\$ 1,9 bi.
 - Interligação Norte-Sul III (Marabá/PA – Colinas/GO – Serra da Mesa/GO – Samambaia/DF); Luziânia/GO – Emborcação/GO; Itutinga/MG – Juiz de Fora/MG; Rio do Sul/SC – Barra Grande/PR; Milagres/CE – Tauá/CE; Irapé/MG – Araçuaí/MG; Machadinho/RS – Campos Novos/SC.
- Programa de Incentivo a Fontes Alternativas: 19 usinas, 568,5 MW.
- Campos de Petróleo e Gás Natural: R\$ 1,2 bi.
 - Campo de Peroá – Fase 2 /ES; Campo de Espadarte Módulo 2 /RJ; Campo de Manati/BA.
- Petroquímica: R\$ 610 mi.
 - Petroquímica Paulínia/SP.
- Gasodutos: 433 km, R\$ 890 mi.
 - Cabiúnas/RJ – Vitória/ES: 303km – fev/08.
 - Cacimbas/ES – Vitória/ES: 130 km – nov/07.
- Combustíveis renováveis: 26 bilhões de litros/ano, R\$ 3 bi.
 - Biodiesel, 18 usinas; etanol, 17 usinas.

CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL

Novas políticas públicas reafirmam compromisso de levar dignidade e uma vida melhor para mais brasileiros

Políticas Sociais

- Em 2007, a partir da experiência acumulada com as políticas desenvolvidas na área social, foram elaborados e apresentados à sociedade:
 - Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE
 - Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci
 - Programa Mais Saúde
 - “Agenda Social”, cuja execução iniciou-se em 2008.

Agenda Social – objetivos

- Consolidar política garantidora de direitos.
- Reduzir ainda mais as desigualdades sociais e promover oportunidades às famílias pobres.
- Buscar a gestão integrada das políticas.
- Aprofundar a pactuação federada entre União, estados e municípios.

Eixos

1. Redução das Desigualdades:
 - Bolsa Família – geração de oportunidades às famílias beneficiárias.
 - Territórios da Cidadania – combate à pobreza rural.
2. Juventude
 - ProJovem
3. Direitos da Cidadania
 - Mulheres
 - Quilombolas
 - Povos Indígenas
 - Criança e Adolescente
 - Pessoas com Deficiência
 - Registro Civil de Nascimento
 - Povos e Comunidades Tradicionais
4. Cultura
 - Mais Cultura

BOLSA FAMÍLIA

Reajuste no valor do benefício comprova determinação de proteger renda dos mais pobres

Características

- Criado em out/03, beneficia 11 milhões de famílias em todos os municípios brasileiros.
- Boa focalização e busca ativa dos mais pobres junto a indígenas, quilombolas, libertos de situação similar à escravidão e famílias com crianças em situação de trabalho infantil.
- Crianças e adolescentes: 85% são monitorados na frequência escolar.
- Beneficiários têm maior frequência e menor evasão escolar.
- Contribuiu com 21% da queda da desigualdade ocorrida entre 2003/05.
- Contribui para reduzir desnutrição e mortalidade infantil e promove segurança alimentar e nutricional.
- Benefício gera dinamismo na economia local.
- Mais poder às mulheres, pois são elas que recebem o benefício.
- Estudos mostram que não há acomodação das famílias beneficiárias.
- Cerca de dois milhões de famílias já deixaram o Programa por causa de aumento na renda ou em decorrência de auditoria.

2007- 2010

- Reajuste do benefício em 8% em jul/08. Benefício médio passa de R\$ 78 para R\$ 85, e máximo de R\$ 172 para R\$ 182.
- Este é o segundo reajuste. Em ago/07, reajuste foi de 18,25%.
- Em mar/08, programa foi ampliado para atender adolescentes de 16 a 17 anos, desde que frequentem a escola (até dois benefícios de R\$ 30 por família). 1,6 milhão de famílias de adolescentes já recebem.
- Ampliação dos pontos de pagamento em regiões longínquas e de difícil acesso.

Geração de oportunidades às famílias

- Previsto para set/08 o início do “Plano Setorial de Qualificação Profissional Bolsa Família”. Meta é qualificar e inserir profissionalmente 200 mil beneficiários nas obras do PAC, a começar pela construção civil, nas 11 regiões metropolitanas onde estão alocados 70% dos recursos do programa. Parceria entre empresários, trabalhadores e três esferas de governo.
- Inclusão bancária – 430 mil famílias passaram a receber benefícios em suas contas bancárias, a partir de jun/08.
- Meta de 120 mil famílias em programas de microcrédito.
- Iniciativas de economia solidária.
- Prioridade para beneficiários nos programas Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos – EJAs.

Mais informações: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>

PDE - EDUCAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO

Balanco de um ano mostra avanços. Metas de qualidade do ensino para 2009 já foram alcançadas em 2007.

Educação Básica

Formação de professores

- Universidade Aberta do Brasil: Meta 2011: 850 pólos. Realizado: 289 pólos.
- Pibid¹: Edital lançado em jan/08. Meta: 9.200 bolsas/ano.

Avaliação dos estudantes

- Provinha Brasil: Avalia alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental. Início: abr/08. 22 Estados e 3.133 municípios receberam kit da Provinha impresso.
- Educacenso: Censo escolar por aluno, visa melhoria das informações e da aplicação de recursos. Alcança 198 mil escolas e 53 milhões de estudantes.
- Ideb²: Permite avaliar a qualidade da educação. Meta 2021: alcançar as médias 6,0 (ensino fundamental até 4ª série), 5,5 (5ª a 8ª séries) e 5,2 (ensino médio). **Em 2007, foram alcançadas, respectivamente, as médias: 4,2; 3,8 e 3,5, previstas para 2009.**

Apoio ao aluno e à escola

- Fundeb³: 2º ano de implantação; investimento previsto de R\$ 3,2 bi em 2008. Meta 2010: participação da União com 10% da contribuição de estados e municípios.
- Ensino Fundamental de 9 anos: Até 2010, todos estados, municípios e DF devem ofertar o ensino fundamental com duração de 9 anos. Entre 2005 e 2007, o percentual dessas matrículas passou de 24% para 44% (rede pública + privada).
- ProInfância (escolas de educação infantil): Meta: 200 escolas/ano. Em 2007 e 2008, já foram conveniadas 887 unidades em 859 municípios.
- Caminho da Escola (ônibus escolar): Meta 2011: 15.000 veículos. Em 2008, 1.723 veículos (634 c/ recursos MEC, 286 dos municípios e 803 de empréstimos BNDES).
- Laboratórios de informática e conexão à rede em todas as escolas públicas até 2010. 29 mil laboratórios em 2008, 40 mil em 2009 e 45 mil em 2010.
- Programa Banda Larga na Escola: Meta: 55 mil escolas (40% das escolas atendidas em 2008, 80% em 2009 e 100% em 2010). Já atendidas 5.206 escolas.
- Olimpíadas 2008: Matemática (18,3 milhões estudantes) e Português (6,1 milhões).
- Ampliação PNATE⁴, PNAE⁵ e PDDE⁶ para educação básica: +R\$ 788,5 mi em 2008.

Adesão federativa ao PDE

- Todos os estados e 5.538 municípios aderiram, inclusive 1.242 priorizados (27jun/08).

Educação Profissional e Tecnológica

- 214 novas escolas técnicas: 64 criadas entre 2003-2007 (50 em funcionamento) e 150 entre 2007-2010 (40 unidades com licitações de obras concluídas, 20 delas com início das aulas em ago/08; 29 licitações em andamento e 81 a serem iniciadas).

Educação Superior

- 10 novas universidades federais, além de duas consolidadas e três em tramitação.
- 48 novas extensões universitárias em 2003/06, 15 em 2007/08 e 25 consolidadas.
- Reuni⁷: Ampliação de acesso à universidade federal (de 124 mil vagas/ano, em 2002, para 229 mil, em 2012), aproveitando estrutura existente. 100% de adesão das Ifes⁸.
- Prouni⁹: Meta 2011: 720 mil bolsas integrais e parciais. Realizado: 385 mil (2005-08).
- Fies¹⁰: 48 mil contratos em 2007 e previsão de 100 mil em 2008.

1 Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência.

2 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

3 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

4 Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar.

5 Programa Nacional de Alimentação Escolar.

6 Programa Dinheiro Direto na Escola.

7 Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

8 Instituições Federais de Ensino Superior.

9 Programa Universidade para Todos.

10 Programa de Financiamento Estudantil.

PNT - PLANO NACIONAL DE TURISMO

Rumo, planejamento e ousadia são marcas das políticas para o setor

2º Plano Nacional de Turismo – PNT (2007-2010)

- Lançado em 13jun/07 para melhorar qualidade dos produtos turísticos, promover inclusão social no turismo e competitividade do Brasil no setor.

Investimentos

- R\$ 5,6 bi para infra-estrutura: obras complementares ao PAC Saneamento; pavimentação; melhoria de rodovias e aeroportos; construção de centros de atendimento ao turista.
- R\$ 1 bi para promoção de destinos turísticos no Brasil e no exterior.

Metas até 2010

- Promover 217 milhões de viagens/ano no mercado interno.
- Gerar 1,7 milhão de novos empregos e ocupações e US\$ 7,7 bi/ano em divisas.
- Estruturar 65 destinos turísticos com padrão de qualidade internacional.

1º Plano Nacional de Turismo - PNT (2003-2007)

- Desembarques domésticos: de 30,7 milhões em 2003 para 50 milhões em 2007, somando quase 207 milhões nos últimos cinco anos.
- Entrada de divisas: de US\$ 2,5 bi em 2003 para US\$ 4,9 bi em 2007, totalizando cerca de US\$ 19 bi desde a criação do PNT.
- Em 2007: 163 milhões de viagens no mercado interno; R\$ 1,2 bi em infra-estrutura, beneficiando 2.572 municípios; 152 mil pessoas qualificadas; 308 mil novos empregos e ocupações; R\$ 112,7 mi em promoção do Brasil no exterior (Embratur).

Outras ações

- **Lei Geral do Turismo: aprovada em 25jun/08** na Câmara dos Deputados. Aguarda votação no Senado. Marco regulatório do setor, classifica o turismo como atividade econômica, com benefícios fiscais e de crédito para hotéis, agências de turismo e organizadores de feiras e congressos.
- Programa Viaja Mais – Melhor Idade (2ª fase lançada em mar/08): incentiva pessoas com 60 anos ou mais, aposentadas ou pensionistas, a viajar em períodos de baixa ocupação com venda de pacotes a preços reduzidos.
 - Em 2008 já foram vendidos 140 mil pacotes, superando a meta anual, de 50 mil pacotes. Na 1ª fase (ago a dez/07) foram 9 mil pacotes.
 - Portal de Hospedagem¹ (lançado em abr/08): além dos pacotes, hotéis credenciados oferecem descontos de 50%.

Mais informações: www.turismo.gov.br/

¹ Em parceria com o Sebrae, o portal foi concebido para ser o mais completo guia on-line do setor: www.portaldehospedagem.com.br

PRONASCI

Articula políticas de segurança com ações sociais, prioriza a prevenção e busca atingir causas que levam à violência

Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci

- R\$ 6,7 bi a serem investidos até 2012 no combate ao crime e apoio a jovens ameaçados de cair na delinquência. Prevê participação das comunidades na implantação das medidas.
- Prioridade às 11 regiões com os maiores índices de violência e criminalidade – Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Brasília e entorno (DF e GO), Curitiba (PR), Maceió (AL), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), São Paulo (SP) e Vitória (ES). Foram incluídos também Fortaleza (CE), em razão da gravidade do problema da prostituição infantil, e Acre, em razão de sua condição de estado fronteiro.

Metas e realizações

- Cursos de formação para profissionais de segurança pública:
 - Bolsa Formação para policiais – até R\$ 400 mensais. Meta até 2012: 220 mil policiais. Realizado: 7,8 mil (jun/08)
 - Expansão da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp). Cadastradas 81 instituições.
 - Cursos de ensino a distância. Meta em 2008: capacitação de 240 mil profissionais. Já capacitados: 57 mil e 86 mil frequentando (jun/08)
- Força Nacional de Segurança Pública articulada com as polícias estaduais.
- Integração do jovem em situação de risco e sua família aos programas sociais do governo federal: projetos Mulheres da Paz, Protejo e Reservista Cidadão.
- Construção de pelo menos um presídio em cada uma das 11 regiões prioritárias iniciais, criando-se, no mínimo, 46 mil vagas em quatro anos. Planos diretores do sistema penitenciário já concluídos em todos os estados.
- Plano habitacional, em parceria com a Caixa Econômica Federal: abertura de crédito para a compra de casa própria para policiais civis e militares, guardas municipais, bombeiros e agentes prisionais de baixa renda:
 - Unidades a serem entregues em jul/08: 512 no RS e 300 em AL.
- Criação de Gabinetes de Gestão Integrada Municipais (GGIM): instalados em 55 dos 81 municípios prioritários do Pronasci, com sala de situação, videomonitoramento e observatório funcionando.
- Recursos do PAC para obras de urbanização e melhoria da infra-estrutura nas comunidades do Pronasci.

Pronasci soma-se a outras medidas

- Fortalecimento da Polícia Federal.
- Construção de presídios federais: Catanduvas (SP), Campo Grande (MS) - ambos em funcionamento - Mossoró (RN), Porto Velho (RO) e Brasília (DF).
- Sistema Único de Segurança Pública (Susp) regulamentado.
- Gabinetes de Gestão Integrada com estados: organizados 27 gabinetes.
- Criação da Coordenação de Operações Especiais de Fronteira.

Mais informações: <http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJF4F53AB1PTBRIE.htm>

Juventude - desafio

- Brasil: 50,5 milhões de jovens entre 15 e 29 anos. Cerca de 4,5 milhões estão fora da escola, não concluíram o ensino fundamental e desempregados (PNAD 2006).

ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens¹

- Oferece oportunidades de elevação de escolaridade, qualificação profissional e desenvolvimento humano; articula, integra e amplia programas para juventude.
- Meta até 2010: oferecer 3,5 milhões de vagas.
- Recursos: R\$ 5,2 bi até 2010. Em 2008, previstos cerca de R\$ 1,2 bi (LOA 2008).

Quatro modalidades:

1. **ProJovem Adolescente:** destina-se a jovens de 15 a 17 anos, pertencentes a famílias beneficiárias do Bolsa Família, egressos ou em cumprimento de medidas socioeducativas ou de proteção, e egressos de programas de erradicação do trabalho infantil (PETI) ou de combate ao abuso e à exploração sexual. Oferece atividades socioeducativas durante 24 meses. Em mai/08, foi finalizada a primeira etapa de adesão, com 358.800 vagas distribuídas em 2.348 municípios.
2. **ProJovem Urbano:** beneficia jovens de 18 a 29 anos que sabem ler e escrever, mas não concluíram o ensino fundamental. Objetivo: elevar a escolaridade visando à conclusão do ensino fundamental associada à qualificação profissional e à participação social e cidadã. Os participantes recebem benefício de R\$ 100/mês, por até 20 meses. Para 2008, foram acordadas 307.155 vagas com 102 municípios com mais de 200 mil habitantes e 22 estados. Estas vagas deverão ser preenchidas em dois períodos de matrículas, em junho/julho e novembro/dezembro de 2008.
3. **ProJovem Campo/Saberes da Terra:** beneficia jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos. Objetivo: proporcionar formação integral ao jovem do campo por meio de elevação de escolaridade, com conclusão do ensino fundamental e qualificação social e profissional, formação para o desenvolvimento sustentável e solidário, em regime de alternância entre tempo-escola e tempo-comunidade, com calendário adaptado ao ciclo agrícola e à diversidade do campo. Valor do benefício: R\$ 100 a cada dois meses, durante 24 meses. Em 2008, a modalidade estará presente em 21 estados e atenderá 35 mil jovens.
4. **ProJovem Trabalhador:** beneficia jovens de 18 a 29 anos, desempregados, de famílias com renda per capita de até um salário mínimo. Prepara jovem para o mundo do trabalho, em ocupações com vínculo empregatício ou outras atividades geradoras de renda. Valor: R\$ 100/mês, por seis meses. Atualmente, 103.836 jovens beneficiados, por meio de convênios com 32 municípios, oito estados e 30 entidades privadas sem fins lucrativos.

Mais informações: www.projovem.gov.br/

¹ Legislação: Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008.

PAC FUNASA

Saneamento básico para pequenas comunidades, áreas quilombolas, indígenas, assentamentos e áreas de interesse epidemiológico

Características

- Implementado pelo Ministério da Saúde e Funasa¹. Investimentos: R\$ 4 bi até 2010.
- Até jun/08, selecionados 4.053 projetos (R\$ 3,1 bi); 2.447 contratados (R\$ 1,7 bi).
- Prioridade: redes de água, esgoto, coleta de lixo e limpeza urbana. 180 obras já em andamento; 31 concluídas; 1.113 em preparação.
- Obras de abastecimento de água, esgoto, melhoria sanitária e resíduo sólido: R\$ 1,4 bi (537.400 famílias, 692 municípios).

Comunidades quilombolas

- Metas: entre 2007/10, 380 comunidades (R\$ 170 mi, cerca de 50 mil famílias).
- Executado: 54 municípios (R\$ 31,2 mi, 10.099 famílias, 117 comunidades).

Áreas indígenas

- Metas: elevar cobertura de abastecimento de água em 2.100 aldeias, de 62% para 90%, e dobrar a de esgoto, de 30% para 60%. Entre 2007/10: R\$ 200 mi.
- Executado: em 2007, R\$ 33,9 mi (183 municípios, 16.450 famílias).

Áreas de interesse epidemiológico

- Doença de Chagas: contratados R\$ 109,8 mi (302 municípios de AL, BA, CE, GO, MG, MT, PB, PE, PI, RN, RS, SE, TO).
- Malária - meta: 30 municípios mais afetados na Amazônia. 24 já contrataram R\$ 93,3 mi para beneficiar 83.480 famílias.

Municípios de até 50 mil habitantes

- Água - meta: 1.326 municípios (R\$ 1 bi). 2007: R\$ 164,4 mi contratados, 252 municípios. 2008: R\$ 293,6 mi contratados, 396 municípios.
- Esgoto - meta: 500 municípios (R\$ 1,2 bi). 2007: R\$ 309,2 mi contratados, 120 municípios. 2008: R\$ 323,1 mi (123 municípios até jun/08).
- Melhoria sanitária domiciliar – meta: 500 municípios. (R\$ 280 mi). 2007: R\$ 109,4 mi contratados, 185 municípios. 2008: R\$ 98,1 mi, 176 municípios.
- Resíduos sólidos - meta: oito municípios da Bacia do São Francisco (R\$ 4,3 mi).

Programa Nacional de Saneamento Rural (pequenas comunidades)

- Saneamento em comunidades de até 2.500 habitantes, assentamentos de reforma agrária, escolas rurais e reservas extrativistas.
- Meta: água e esgoto para 300 mil famílias e 900 escolas.
- Executado: em 2007, R\$ 12,3 mi para 289 escolas e R\$ 53,9 mi para 658 comunidades. Total: 33.049 famílias beneficiadas.

Apoio ao controle da qualidade da água para consumo

- Objetivo: melhorar qualidade com a adoção de boas práticas de operação, manutenção e monitoramento dos sistemas de abastecimento.
- Meta: implantar 25 unidades regionais de controle. Investimentos previstos: R\$ 70 mi.
- Executado: Em 2007, 4 unidades (R\$ 6,7 mi).

Apoio à reciclagem de materiais

- Objetivo: apoiar a reciclagem de materiais com inclusão social dos catadores.
- Meta: apoiar 210 cooperativas de catadores (R\$ 50 mi). Sem contratação em 2007.

¹ Funasa: atende municípios com até 50 mil habitantes e grupos sociais minoritários e estratégicos, como as comunidades especiais: indígenas, quilombolas, ribeirinhos, assentados rurais e de reservas extrativistas do país.

POVOS INDÍGENAS

Resgate cultural, proteção das terras e inclusão social

Características

- Orçamento: R\$ 114 mi para triênio 2008/2010¹.
- Ações desenvolvidas para garantir direitos, proteção das terras e promoção social dos índios, considerando as especificidades culturais e territoriais. Estruturam-se em torno de três programas, sob a coordenação da Funai:
 1. Proteção das Terras Indígenas: regularização fundiária, implantação de territórios indígenas da cidadania (Alto Rio Negro/AM, Cone Sul/MS e Raposa Serra do Sol-São Marcos²/RR), gestão ambiental e territorial, recuperação de áreas degradadas e proteção de povos isolados.
 2. Promoção dos Povos Indígenas: documentação e valorização das línguas e do patrimônio cultural, implantação de três pontos de cultura e auto-sustentação econômica.
 3. Qualidade de vida: incluir os índios (aldeados e das zonas urbanas) nos programas sociais do Governo Federal³, observando as especificidades culturais da cada povo; promover o exercício do controle social.

Metas para 2008

- Demarcação de 39 terras: 12 concluídas, 17 iniciadas, oito em processo de licitação e dois sem procedimento. Meta até 2010: demarcação de 127 terras.
- Indenização e reassentamento de 3 mil famílias.
- Implantação do Território da Cidadania do Alto Rio Negro (AM).
- Fomentar projetos econômicos de auto-sustentação dos povos em todas as regiões do país.
- Constituir parcerias com órgãos apoiadores para documentar e fortalecer 20 línguas indígenas ameaçadas de desaparecimento.
- Aprovar o projeto de lei do Conselho Nacional de Políticas Indigenistas (CNPI).
- Iniciar implementação de projeto do sistema de indicadores de qualidade de vida dos povos indígenas e gestão governamental.

Cenário atual

- Indígenas aldeados: 440 mil (estimativa).
- Etnias: 220.
- Línguas: 180.
- Referências de povos indígenas isolados: 63⁴.
- Terras Indígenas: 615 (12,5% do território nacional e 22% da Amazônia Legal).

Mais informações: www.funai.gov.br

¹ O orçamento inicial de R\$ 305 mi foi alterado devido ao contingenciamento.

² Raposa Serra do Sol e São Marcos são terras indígenas vizinhas e por isso compõem o mesmo território.

³ Bolsa Família, Benefício de Proteção Continuada (BPC), Cesta de Alimentos, Carteira Indígena, Cisternas, Luz para Todos e Salário-Maternidade.

⁴ Povos que não têm contato com a sociedade e são preservados.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Inclusão social de pessoas com deficiência pela equiparação de oportunidades

Contextualização

- Censo IBGE 2000: 25 milhões de brasileiros têm alguma deficiência; 70% vivem abaixo da linha da pobreza; 33% são analfabetos ou têm até três anos de escolaridade; 90% estão fora do mercado de trabalho.

Orçamento (2008-2010)

- R\$ 1,7 bi para ações voltadas a beneficiários do Bolsa Família, do Benefício de Prestação Continuada e alunos da educação básica.

Metas

- As ações dão continuidade à Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência que, de 2003 a 2007, atuou por meio dos conselhos de direitos da pessoa com deficiência implantados nos municípios brasileiros¹.
- Concessão de Órteses e Próteses:
 - Criar linha de financiamento no BNDES para implantação de dez oficinas ortopédicas e capacitação de profissionais em órteses e próteses em instituições de ensino e de pesquisa.
- Acessibilidade à Habitação de Interesse Social:
 - Acessibilidade como critério de financiamento pela Caixa Econômica Federal e criação de linha de financiamento para adaptação de residências, com prioridade para a população de baixa renda.
- Acessibilidade nos transportes: veículos, estações, terminais e entorno das escolas:
 - Inserção do requisito acessibilidade na linha de financiamento do BNDES para aquisição de veículos de transporte coletivo, com condições diferenciadas (setor privado).
 - Apoio a projetos de acessibilidade, de sistemas de circulação de meios não-motorizados² e assessoria a estados e municípios.
- Acessibilidade nas escolas públicas de educação básica:
 - Apoio a projetos de adaptação arquitetônica: salas de recursos³ e adequação de prédios escolares para educação especial.
- Inserção no mercado de trabalho, garantindo o cumprimento da legislação⁴:
 - Criar linha de financiamento especial aos empresários para adaptação das empresas às necessidades das pessoas com deficiência.
 - Contrato de aprendizagem e capacitação de gestores professores.
 - Participação dos centros de ensino tecnológico e Sistema S.
 - Qualificação profissional e ampliação de cargos na administração pública.

Mais informações: http://www.mj.gov.br/corde/arquivos/pps/APRES_PLANALTO26-9.ppt

¹ O percentual de estados com conselhos instalados passou de 44,4% em 2003 para 81,5% em 2007, abrangendo 22 estados e o Distrito Federal. O percentual de municípios passou de 1,4% para 4,3%, abrangendo 241 municípios.

² Deslocamentos realizados a pé e por veículos movidos por tração animal ou esforço humano, como a cadeira de rodas.

³ Sala com equipamentos e recursos pedagógicos adequados às necessidades especiais dos alunos.

⁴ Lei nº 8.213, de 24jul/91 que determina a reserva de 2% a 5% dos postos de trabalho nas empresas com 100 ou mais empregados.

MAIS CULTURA

Promover acesso à cultura e à diversidade

Objetivos

- Dar acesso a bens culturais e meios de expressão artística; promover a diversidade e a produção cultural local e gerar emprego e renda.

Orçamento 2007-2010

- R\$ 4,7 bi: R\$ 2,2 bi da União e R\$ 2,5 bi em parcerias, contrapartidas, financiamentos e patrocínios.

Municípios prioritários

- 2.615 municípios dos 26 estados da Federação e do DF com menores IDH¹ e Ideb², abrangendo: beneficiários do Bolsa Família; 12 regiões metropolitanas do Pronasci com maiores índices de homicídios; quilombolas; indígenas; comunidades tradicionais; Territórios da Cidadania; regiões do semi-árido e da bacia do Rio São Francisco; BR-163 e 1.790 escolas.

Metas até 2010

- Ações estruturadas em três linhas:
 - 1.Cultura e Cidadania: garantir acesso a bens e serviços culturais.
 - 2.Cidade Cultural: ampliar oferta de equipamentos e acesso à produção e à expressão cultural.
 - 3.Cultura e Renda: gerar oportunidades para micros, pequenas e médias empresas e empreendimentos de economia solidária no mercado cultural.

Destaques - metas

- Bibliotecas públicas: zerar déficit de municípios sem biblioteca. Implantação de 630 bibliotecas e modernização e qualificação de 4.500.
- Incentivo à realização de 24 mil microprojetos culturais, com seleção estadual por meio de edital: até R\$ 12 mil por projeto.
- Linhas de crédito, microcrédito e patrocínio:
 - Amazônia Mais Cultura: em parceria com o BASA³, financiará produção cultural nos estados da Amazônia Legal.
 - Cresce Nordeste Cultura: pequenos empréstimos (até R\$ 2 mil) a microempreendedores do setor cultural dos estados nordestinos.
- Implantação de 11 Pontos de Memória em 2008.

Realizações

- De 2003 a 2007 o Governo triplicou os recursos para o Ministério da Cultura e quadriplicou os recursos da Lei Rouanet.
- Assinados acordos de cooperação para a implementação do Programa com 11 estados: MA, SP, BA, AP, AC, PA, RN, PE, PI, CE e RJ.
- Pontos de Cultura: convênios com 23 estados, totalizando 1.268 pontos.

Mais informações: <http://www.cultura.gov.br/site/2008/07/02/mais-cultura/>

¹ Índice de Desenvolvimento Humano.

² Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

³ Banco da Amazônia.

CRIANÇA E ADOLESCENTE

Maior plano intersetorial de enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes

Agenda Social - Criança e Adolescente

- Orçamento 2008-2010: R\$ 2,1 bi para a implantação de quatro projetos e 47 ações, envolvendo 14 ministérios e 5 estatais.

Ações e metas

- Quem Ama Protege: fortalecer políticas de proteção em 11 regiões metropolitanas de maior vulnerabilidade à violência:
 - Expansão de redes de creches e pré-escolas.
 - Atividades culturais e esportivas no contraturno.
 - Implantação do Programa de Proteção de Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte.
 - Implantação do projeto Escola que Protege em articulação com o Pair¹.
 - Implantação de projetos de Depoimento Especial.
 - Criação de Escolas de Conselhos de Direitos e Tutelares².
- Caminho pra Casa: promover o direito à convivência familiar e comunitária, reinserindo em suas famílias crianças e adolescentes abrigados:
 - Auxílio financeiro às famílias para retorno dos filhos abrigados.
 - Criação do Cadastro Nacional de Adoção.
 - Implantação de serviços de Famílias Acolhedoras³.
 - Moradias coletivas para adolescentes abrigados em transição à autonomia.
- Na Medida Certa: implantar o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), voltado para adolescentes em conflito com a lei:
 - Criação de programas de medidas socioeducativas em meio aberto em municípios com mais de 50 mil habitantes.
 - Construção de unidades de internação com novos padrões arquitetônicos: pequenos alojamentos que minimizam a sensação de confinamento.
 - Fortalecimento de ações de saúde, educação, profissionalização, cultura e esporte em todas as unidades de internação.
 - Criação de Centros de Formação Continuada para operadores do Sinase.
- Observatório: portal com informações sobre políticas públicas dos direitos humanos de crianças e adolescentes:
 - Monitoramento da Agenda Criança e Adolescente.
 - Banco de Boas Práticas.
 - Desenvolvimento de Sistemas de Informações Municipais e Estaduais interligados ao Governo Federal.

Mais informações: www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/arquivos/spdca/agenda_social.pdf

¹ Programa de Ações Integradas Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Território Brasileiro, coordenado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos.

² Formação dos conselheiros de direitos e tutelares.

³ Famílias que abrigam, temporariamente, crianças vítimas de violência doméstica ou negligência, enquanto os pais recebem atenção social e psicológica.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Plano de ação: inovar e investir para crescer

Prioridade I - Expansão e consolidação do Sistema Nacional de C,T&I

- Mestrado e doutorado – contratadas mil novas bolsas; valor: R\$ 25 mi.
- Produtividade em Pesquisa – Meta: 17 mil bolsas até 2010. Em 2007, concedidas 10 mil bolsas. Mais duas mil bolsas em 2008: 500 para implementação a partir de jul/08 e 1.500 para julgamento até o final do ano.
- Jovens pesquisadores – encerradas inscrições do edital de 2008, com demanda de 7.842 projetos, alcançando R\$ 1,4 bi.
- Lançado Edital Universal; valor: R\$ 100 mi (projetos em qualquer área do conhecimento).

Prioridade II - Promoção da inovação tecnológica nas empresas

- Empresa Inovadora – lançado Programa Primeira Empresa Inovadora (Prime): R\$ 1,3 bi nos próximos quatro anos para empresas nascentes de base tecnológica. 18 incubadoras serão responsáveis pela seleção de empreendimentos e repasses.
- Subvenção Econômica – edital 2008 recebeu 2.665 propostas (demanda de R\$ 14,2 bi).
- Prêmio Inovação – primeiros colocados receberão financiamento de até R\$ 10 mi.
- Unidades de Pesquisa – inaugurada 1ª fábrica de argamassa ambiental no RJ: produto de viabilidade ecológica e econômica criado pelo Cetem e o INT.¹

Prioridade III – P,D&I em áreas estratégicas

- Nanotecnologia – instituído Comitê Consultivo de Nanotecnologia e anunciado investimento de R\$ 30 mi para programas em 2008.
- Espacial – alcançada pelo INPE/MCT² a marca de meio milhão de imagens de satélites distribuídas gratuitamente pela internet³. Política de dados livres fez do Brasil referência mundial em observação da terra.
- Biodiesel – 1ª safra de grãos de girassol e pinhão manso produzida em Resende (RJ) foi enviada ao INT para ser transformada em biodiesel.
- Biossegurança – Aprovada pelo Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS) liberação comercial para mais um tipo de milho geneticamente modificado.
- TV Digital – Governo brasileiro apresentou em Tóquio plano de trabalho para capacitação de recursos humanos, com investimentos de US\$ 15 mi.

Prioridade IV – C,T&I para o desenvolvimento social

- Difusão e popularização da C&T – aprovadas 58 propostas em edital, no valor de R\$ 7 mi. Demanda total de 1.232 projetos e R\$ 232 mi.
- Desigualdades sociais – lançada a 23ª edição do Prêmio Jovem Cientista na Região Norte com o tema “Educação para reduzir as desigualdades sociais”.
- Astronomia e Astronáutica – Olimpíada de Astronomia e Astronáutica terá versão Pan-Americana. Argentina, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru e Uruguai já manifestaram interesse em participar.
- Astronomia – realizado seminário internacional sobre futuro da astronomia, como parte das comemorações dos 180 anos do Observatório Nacional.

Mais informações: www.mct.gov.br/index.php/content/view/66448.html

¹ Centro de Tecnologia Mineral e Instituto Nacional de Tecnologia, respectivamente.

² Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

³ 435 mil imagens (87%) advêm dos satélites do Programa China-Brazil Earth Resources Satellite (Cbers), criado em 1988 por Brasil e China, para o desenvolvimento conjunto de satélites de observação da Terra. Três satélites já foram lançados.

QUILOMBOLAS

Melhoria da qualidade de vida e valorização da cultura afro-brasileira

Objetivos

- Viabilizar acesso à terra, saúde, educação, construção de moradias, eletrificação, recuperação ambiental, incentivo ao desenvolvimento local e assistência social a famílias quilombolas.

Metas

- Atender, até 2010, 1.739 comunidades, localizadas em 22 estados, 330 municípios e 120 territórios rurais, beneficiando cerca de 50% do universo de 1,7 milhão de quilombolas.

Ações até 2010

- Conclusão de 713 relatórios, determinantes para regularização fundiária¹, das 1.170 certidões de auto-reconhecimento expedidas.
- Água potável encanada e melhorias sanitárias domiciliares para 548 comunidades.
- 280 mil exemplares de material didático relacionado à história e cultura africana e afro-brasileira.
- Capacitação de 5.400 professores da rede pública do ensino fundamental.
- Construção de 950 salas de aula.
- Acesso a programas sociais como Luz para Todos, Bolsa Família, Saúde da Família, Saúde Bucal, Alfabetização, Cestas de Alimentos.
- Recuperação ambiental das 55 comunidades ribeirinhas atingidas pelas obras na bacia do Rio São Francisco.
- Fomento à inclusão produtiva: ações de desenvolvimento local e etnodesenvolvimento.

Metas para 2008

- Levar o Bolsa Família a todas as comunidades.
- Finalizar 220 relatórios de demarcação.
- Atender 390 comunidades no fomento à inclusão produtiva.
- Construção de 296 salas de aula.
- Dez projetos de alfabetização, atendendo, inicialmente, 13,5 mil pessoas.
- Água e esgoto, Programas Saúde da Família e Saúde Bucal para 137 comunidades.
- Energia elétrica em 15 mil domicílios.

Mais informações:

http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seppir/copy_of_acoes/Principal.2007-11-18.0317/principalfolder_view/

¹ O título definitivo é expedido pelo Incra.

MAIS SAÚDE

Mais investimentos para melhorar acesso, qualificar atendimento, modernizar gestão e promover pesquisa e capacitação profissional

Investimentos: R\$ 89,5 bi para saúde¹ em 2008-2011

- R\$ 65,1 bi no PPA; R\$ 24,4 bi entre 2008/11 – Emenda Constitucional 29.

Promoção e atenção à saúde

- Planejamento familiar.
- Monitoramento de gestantes e população de 0 a 5 anos.
- Qualificação de profissionais, universalização do Programa Saúde da Família.
- Ampliação do Brasil Sorridente, Internação Domiciliar e Farmácia Popular do Brasil.
- Atendimento médico a 26 milhões de alunos da rede pública.
- Estímulo a práticas de alimentação saudável e de atividade física; regulamentação do teor de sal e gordura nos produtos industrializados.

Produção, desenvolvimento e cooperação em saúde

- Incentivo para indústrias privadas, produtoras de medicamentos e insumos.
- Conclusão da Hemobrás até 2010.
- Modernização de 75% dos laboratórios da Rede Nacional de Saúde Pública.
- Aumento de 50% na quantidade de medicamentos produzidos pelos 19 laboratórios oficiais.

Gestão, trabalho e participação

- Instalação de mais de 100 ouvidorias do SUS.
- Criação de 302 complexos para agendar consultas, internações e exames especializados, atendendo 107 milhões de pessoas.
- Capacitação de 373 mil técnicos.

Mais acesso e melhor qualidade

- Abertura de 400 novos centros de especialidades odontológicas.
- Novos centros de atenção psicossocial: 430.
- Núcleos de apoio à Saúde da Família: 1.500.
- Novas unidades básicas de saúde a cada ano: 1.900.
- Geração de 3 milhões de empregos diretos e indiretos.

Alguns resultados:

- Convênio com a Fundação de Tecnologia do Acre, no valor de R\$ 20 mi, para produção de preservativos na Fábrica de Xapuri.
- Inauguração do Quarteirão da Saúde em Diadema/SP (26mai/08), com 20 mil m² de área construída. Previsão de 12.500 novas consultas médicas e de 52 mil exames/ano.
- Linha de crédito inédita para os hospitais e unidades que prestam serviços ao SUS, na área da oncologia e hemodiálise. A Caixa Econômica Federal oferecerá empréstimo para compra, reparação e reposição de peças de equipamentos desses tratamentos.

Mais informações: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/pacsauade/>

¹ Apresentado em 5dez/07, antes da rejeição da CPMF.

DOCUMENTAÇÃO CIVIL BÁSICA

Erradicar sub-registro de nascimento no país e expandir o acesso à documentação básica

Agenda Social - Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica

- Objetivo: erradicar o sub-registro de nascimento¹ e expandir acesso à documentação básica (CPF, RG e carteira de trabalho).
- Registro de nascimento: condição para acesso a outros documentos civis básicos e participação em programas sociais.
- Orçamento 2008-2010: R\$ 101,6 mi.
- Prioridade:
 - Amazônia Legal.
 - Povos indígenas e populações tradicionais (quilombolas, ciganos, ribeirinhos).
 - Trabalhadores rurais, moradores de rua, catadores de materiais recicláveis.
 - Pessoas de baixa renda, idosos e crianças em abrigos.
 - Municípios com índice de sub-registro acima de 25%, municípios sem cartórios ou com postos de atendimento muito distantes.
- Ações dão continuidade ao Plano Nacional para o Registro Civil de Nascimento, lançado em 2004. **Em quatro anos, diminuiu o índice nacional de sub-registro de 20,9% em 2002 para 12,7% em 2006.**

Ações e Metas

- Mobilização e campanhas de TV e rádio; ampliação da rede de emissão de documentos; e aprimoramento da infra-estrutura.
- Destaques:
 - Implantação de pontos de emissão de registro civil nos 400 municípios sem cobertura, em maternidades e nos órgãos emissores de documentação civil.
 - 30 unidades móveis do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, para prover documentação no campo.
 - Interação com os 120 Territórios da Cidadania.
 - Realização de serviços itinerantes de registro civil.
 - Implantação de mil pontos de emissão de carteira de trabalho, promovendo inscrição gratuita do CPF nesse documento.
 - CPF gratuito aos incluídos no Cadastro Único do Programa Bolsa Família e nos Programas Nacionais de Reforma Agrária e de Agricultura Familiar.
 - Emissão gratuita de 1,5 milhão de RGs para pessoas de baixa renda.
- Algumas ações são de execução federal e outras dependem da adesão de estados e municípios: 17 estados (Acre, Amazonas, Amapá, Mato Grosso, Pará, Paraná, Roraima, Tocantins, além de todos do Nordeste) já aderiram.

Gestão

- Criação do Sistema de Informações de Registro Civil e do Banco de Dados Nacional de Pessoas Registradas.

Mais informações: http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/promocaodh/ld_rcn/

¹ Situação das crianças com até um ano de idade, sem registro de nascimento.

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

Maior programa focado em áreas rurais pobres já implementado no país combina políticas de geração de oportunidades e políticas sociais

Características

- Beneficiários: dois milhões de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e comunidades tradicionais.
- Meta: 120 territórios até 2010 (60 em 2008).
- Recursos: R\$ 11,3 bi em 2008; 135 ações de 15 ministérios.

Objetivos

- Combate à pobreza rural; inclusão produtiva; planejamento e integração de políticas públicas; universalização de programas básicos de cidadania; ampliação da participação social.

Eixos estruturantes

- Apoio a atividades produtivas: assistência técnica, crédito, seguro, comercialização, programa de biodiesel.
- Cidadania e direitos: educação, saúde, cultura, documentação, cisternas.
- Infra-estrutura: saneamento básico, habitação, estradas, eletrificação rural, licenciamento ambiental.

Critérios de seleção

- Menor IDH¹; maior concentração de agricultores familiares, assentamentos da reforma agrária e comunidades tradicionais; maior número de beneficiários do Bolsa Família; maior número de municípios com baixo dinamismo econômico; maior organização social; pelo menos um território por estado.

Representação dos 60 Territórios da Cidadania

- Municípios: 958 (17% do total do País).
- População: 23,9 milhões de habitantes (14%).
- População rural: 7,8 milhões (27%).
- Agricultura familiar: 1 milhão de famílias (24%).
- Assentados da reforma agrária: 319,4 mil famílias (40%).
- Bolsa Família: 2,3 milhões de famílias (21%).
- Comunidades quilombolas: 350 (37%).
- Terras indígenas: 149 (25%).
- Pescadores: 127,1 mil famílias (33%).

Implantação

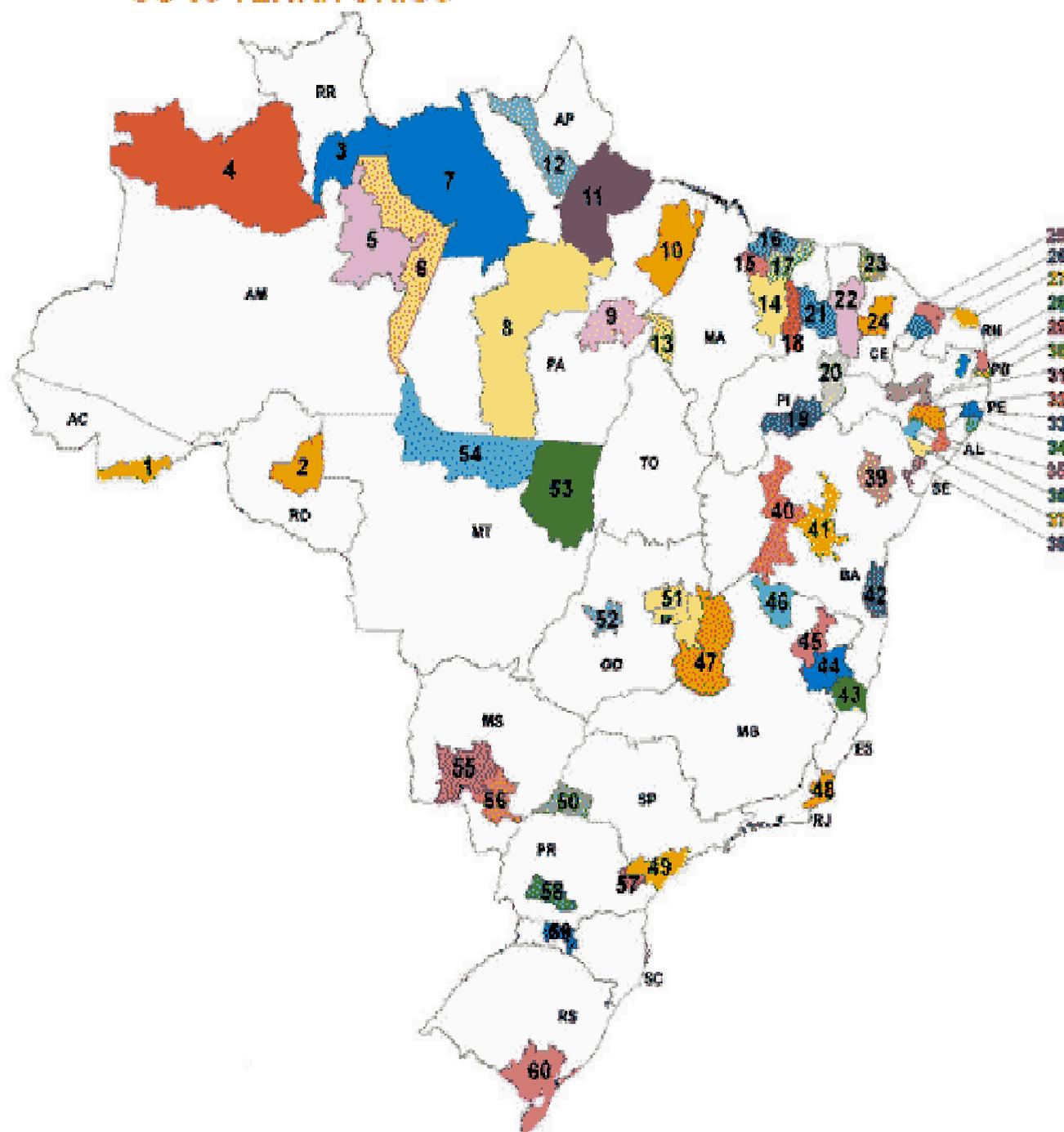
- Agendas territoriais realizadas: 60, com 9.126 participantes, entre representantes de prefeituras, governos estaduais, Governo Federal e sociedade civil.
- Protocolos de Cooperação Federativa (com governo estadual e municípios) assinados com 18 estados: CE, AL, RN, PI, AM, AP, ES, BA, SC, MT, SE, MG, TO, PA, MS, RJ, PB e PE, além do DF.
- Comitês de Articulação Estadual implantados em 20 estados: CE, GO, AL, RN, PI, AM, RS, AP, ES, MA, MG, BA, SC, MT, SE, TO, MS, RJ, PB e PE, e mais o DF.
- Incorporação do Sebrae ao programa, com investimentos de R\$ 60 mi.
- Em discussão, incorporação de agentes financeiros e de fomento: BNDES, BB, CEF, Basa, BNB².

¹ Índice de Desenvolvimento Humano.

² BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; BB – Banco do Brasil; CEF – Caixa Econômica Federal; Basa – Banco da Amazônia; BNB – Banco do Nordeste do Brasil.

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

OS 60 TERRITÓRIOS



Mais informações: www.territoriosdacidadania.gov.br/

REFORMA TRIBUTÁRIA

Proposta encaminhada ao Congresso Nacional racionaliza sistema tributário e amplia potencial de crescimento do País

Principais problemas do sistema tributário atual

- Estrutura complexa: custo elevado para apuração de tributos e cumprimento de obrigações acessórias pelas empresas.
- Incidências cumulativas; onera investimentos e exportações.
- Aumento de custos de investimento (prazo longo para empresas recuperarem créditos de impostos pagos sobre bens de capital).
- Resistência a ressarcimento de créditos de ICMS a exportadores.
- Guerra fiscal: situação de anarquia tributária, em que todos perdem - estados, que perdem receitas, e empresas, que vivem em ambiente de elevada insegurança jurídica, prejudicial aos investimentos.
- Elevadíssima tributação da folha de salários.

Principais objetivos da reforma

- Eliminação de obstáculos para produção mais eficiente e menos custosa.
- Fim da guerra fiscal.
- Redução de carga fiscal que incide sobre produtores e consumidores, principalmente pela desoneração da folha de salários.
- Estímulo à formalização.
- Desenvolvimento mais equilibrado de estados e municípios, com aperfeiçoamento de política de desenvolvimento regional.

Principais medidas propostas

- Extinção, no segundo ano após aprovação, de cinco tributos federais, quatro dos quais (Cofins, PIS/Pasep, Cide-Combustíveis e Contribuição para o Salário-Educação) substituídos por novo imposto sobre o valor adicionado (IVA-F), e um (CSLL) incorporado ao IR de pessoas jurídicas.
- Unificação das 27 legislações estaduais do ICMS, com extinção do atual imposto e criação do "Novo ICMS".
- Fim da guerra fiscal, com cobrança do Novo ICMS no estado de destino. Redução da alíquota na origem progressivamente, completando-se o processo no oitavo ano após aprovação da reforma. Será mantida alíquota de 2% para estado de origem.
- Criação do Fundo de Equalização de Receitas (FER) para compensar estados por eventuais perdas de receitas decorrentes da reforma.
- Redução, de 20% para 14%, da contribuição de empregadores para Previdência Social, com queda de 1 p.p./ano, a partir do segundo ano após a aprovação da reforma.
- Redução gradual, até eliminação completa, do prazo para apropriação dos créditos de impostos pagos na aquisição de bens de capital.
- Ampliação da desoneração da cesta básica no momento da criação do IVA-F e do Novo ICMS.

REFORMA TRIBUTÁRIA

- Aperfeiçoamento da Política de Desenvolvimento Regional, com a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional e o aumento de recursos destinados a todas as regiões.
- Financiamento de programas públicos com porcentagem da receita do IR, IPI e IVA-F para cada uma das áreas cujas fontes de financiamento estão sendo extintas.
- Ampliação da base de partilha federativa para base ampla de tributos, que inclui o IR, o IVA-F e o IPI¹.
- Novo critério de partilha municipal do ICMS por lei complementar.

Momento oportuno

- Crescimento econômico cria condições para acomodar interesses e para União cobrir custo da desoneração, da melhoria da política de desenvolvimento regional e da compensação aos estados pela transição.
- Implantação da Nota Fiscal Eletrônica cria condições técnicas para calcular precisamente impacto da reforma sobre estados (e, portanto, discutir racionalmente compensações), bem como reduz sonegação, facilitando implementação da reforma.

Impactos

- Melhoria de condições de crescimento e competitividade das empresas com desoneração de investimentos e exportações, simplificação do sistema e desoneração da folha de salários.
- Trabalhadores beneficiados com aumento da formalidade, desoneração da cesta básica e mais transparência de tributos.
- Aumento de receita de estados e municípios com fim da guerra fiscal. Com mecanismos de compensação, nenhum estado será prejudicado.
- Impacto muito positivo sobre PIB estimado em, no mínimo, 10% após período de transição. Espera-se que, em função da reforma, PIB brasileiro cresça 0,5 p.p./ano a mais do que cresceria sem a reforma.

Tramitação da proposta no Poder Legislativo

- PEC 233/2008 encaminhada ao Congresso Nacional em 28fev/08.
- Apensada à PEC 31/2007 em 22abr/08.
- Atualmente, estão sendo realizadas audiências públicas na Comissão Especial da Reforma Tributária².

Mais informações:

www.fazenda.gov.br/portugues/documentos/2008/fevereiro/Cartilha-Reforma-Tributaria.pdf

¹ A medida é neutra do ponto de vista do montante de recursos transferidos a estados e municípios, mas melhora a qualidade das relações federativas, ao deixar claro que qualquer aumento de receita da União será partilhado, ao contrário do que ocorre hoje com as contribuições sociais.

² O relator da Comissão Especial, Deputado Federal Sandro Mabel, em entrevista ao Jornal do Brasil, em 8jun/08, afirmou acreditar que a proposta seja aprovada ainda este ano.

MULHERES

Mais cidadania para mais brasileiras

Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher

- Lançado em ago/07, na II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Articula ações de 13 ministérios e secretarias especiais para serem implementadas entre 2008 e 2011. Investimento total: R\$ 1 bi.
- Unidades da federação prioritárias ao Pacto Nacional em 2008: AM, BA, CE, ES, PA, PE, RJ, RS, SP, TO, MG¹.
- Resultados parciais:
 - 113 projetos para financiamento apresentados até jun/08, no valor de R\$ 25,6 mi, visam atender 491 serviços da Rede de Atendimento à Mulher em 8 estados (CE, PE, ES, BA, MA, RS, MG e RJ).
 - Enfrentamento ao tráfico de mulheres: Seminário sobre a questão do tráfico de mulheres realizado em Fortaleza-CE para sensibilizar população.
 - Mutirão nacional de assistência judiciária às mulheres em situação de prisão vai atender cerca de 16 mil mulheres, a partir de jul/08. Isso corresponde a 64% da população carcerária feminina.
 - Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 – serviço de utilidade pública para orientar mulheres em situação de violência. Até mai/08, 105.813 atendimentos a mulheres em situação de violência.

II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

- Lançado em mar/08. Resulta da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em ago/07, cuja construção envolveu diretamente cerca de 200 mil mulheres em conferências municipais e estaduais, em todas as unidades da federação.
- Em 2008, estados elaboram seus Planos Estaduais de Políticas para as Mulheres. Bahia (03jun08) e Maranhão (8jul/08) já lançaram seus planos.

Programas que promovem igualdade de gênero

- Programa Pró-Eqüidade de Gênero² – 2ª edição (2007/2008): 38 empresas públicas e privadas aderiram ao programa e receberam o Selo Pró-Eqüidade de Gênero. Crescimento de mais de 100% do número de organizações participantes.
- Programa Gênero e Diversidade na Escola - integra o Universidade Aberta do Brasil (UAB-MEC). Em mai/08, mais de 20 universidades estaduais e federais inscreveram-se para oferecer curso de capacitação em gênero, raça e sexualidade para cerca de 15 mil professores da educação básica.

Mais informações: 200.130.7.5/spmu/docs/II_PNPM.pdf

¹ Na edição de junho de Destaques, os estados aqui relacionados foram citados erroneamente como estados que aderiram.

² Lançado em 2005, em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM).

PAC - EMBRAPA

Programa prepara a instituição e organizações estaduais para os novos desafios à pesquisa agrícola

Objetivos

- Diminuir desigualdades regionais por meio do fortalecimento da produção agrícola, com sustentabilidade econômica, social e ambiental.
- Contribuir para o país consolidar posição de líder em agricultura tropical na produção de alimentos, fibras e energia.
- Estabelecer novos paradigmas para o conhecimento agrícola em áreas estratégicas, como biotecnologia, mudanças climáticas e nanotecnologia.

Recursos

- R\$ 913,6 mi para pesquisa agropecuária (até dez/10): R\$ 650 mi investidos diretamente na Embrapa e R\$ 263,6 mi repassados, mediante contrapartida, a organizações estaduais que integram o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA)¹, coordenado pela Embrapa.
- Recursos serão somados a orçamento anual e aplicados em custeio de novas frentes de pesquisa, construção de instalações físicas, modernização de laboratórios e contratação de pessoal.

Metas

- Dez projetos com 88 metas tecnológicas e institucionais até 2010.
- Um dos projetos trata da revitalização das organizações estaduais de pesquisa agropecuária, e outro do uso do monitoramento por satélite de obras civis, como instrumento de gestão do PAC.
- Metas tecnológicas responderão a desafios como: agroenergia (sistemas de produção para etanol, biodiesel, florestas energéticas); alimentos seguros (novas variedades de mandioca, soja, milho, feijão, cenoura, banana); promoção da agricultura sustentável na Amazônia (eliminação de queimadas e uso de sistemas agroecológicos); agricultura familiar (novas cultivares de fruteiras, fibras, grãos e oleaginosas adaptadas à seca, sistemas de produção orgânicos para pecuária, hortaliças e grãos); nanotecnologia (revestimentos comestíveis para aumentar tempo de prateleira de frutas); aproveitamento de recursos naturais (mais eficiência no uso e diminuição de contaminantes das águas).
- Metas institucionais incluem criação de três novos centros de pesquisa em macropólos de desenvolvimento regional, nos estados do Maranhão, Tocantins e Mato Grosso, um braço privado para a Embrapa (Embrapa Participações), buscando maior parceria com setor privado e Embrapa Internacional, buscando maior presença global (laboratórios e escritórios na América Latina, África e Ásia).

Contratação de pessoal e orçamento anual

- Proposta: contratação de 750 pesquisadores e 460 profissionais de suporte à pesquisa em três anos.

Mais informações: www.embrapa.gov.br

¹ http://www.embrapa.br/a_embrapa/snpa

PLANO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL

Novo modelo de desenvolvimento para região busca superar exploração predatória dos recursos naturais.

Características

- Beneficiários: toda população brasileira e, especialmente, 24 milhões de pessoas que habitam a Amazônia brasileira.
- Abrangência: estados do AC, AP, AM, MA, MT, PA, RO, RR e TO.
- Elaborado a partir de 2003, de forma interativa entre os governos federal e estaduais, e representações da sociedade, por meio de encontros e consultas públicas com ampla participação e representatividade.

Objetivo geral

- Elevar nível de vida da população, com implantação de modelo que valorize o imenso patrimônio natural e aporte investimentos em tecnologia e infra-estrutura, para viabilizar atividades econômicas dinâmicas e inovadoras, compatíveis com o uso sustentável de recursos naturais e a preservação dos biomas.

Eixos estruturantes

- Ordenamento territorial e gestão ambiental.
- Produção sustentável com inovação e competitividade.
- Infra-estrutura para o desenvolvimento sustentável.
- Inclusão social e cidadania.

Compromisso dos governos federal e estaduais

- Promover desenvolvimento sustentável com valorização da diversidade sócio-cultural e ecológica e redução das desigualdades regionais.
- Ampliar presença do Estado. Integrar ações dos três níveis de governo, da sociedade e de setores empresariais.
- Garantir soberania nacional, integridade territorial e interesses nacionais.
- Combater desmatamento ilegal, garantir conservação de biodiversidade, recursos hídricos e mitigar mudanças de clima.
- Promover utilização de áreas já desmatadas com aumento da produtividade e recuperação da floresta.
- Implementar o ZEE¹ e acelerar regularização fundiária.
- Aprimorar e ampliar crédito e apoio a atividades e cadeias produtivas sustentáveis.
- Reestruturar, ampliar e modernizar sistema multimodal de transportes, sistema de comunicação e estrutura de abastecimento.
- Promover utilização sustentável de potencialidades energéticas e expansão de infra-estrutura de transmissão e distribuição.
- Incentivar e apoiar pesquisa científica e inovação tecnológica.
- Melhorar e ampliar acesso a serviços públicos em áreas urbanas e rurais.
- Assegurar direitos territoriais de povos indígenas e comunidades tradicionais, e equidade social (gênero, geração, raça, classe social e etnia).

¹ Zoneamento Ecológico-Econômico

DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO

Investir e inovar para promover o crescimento

Política de Desenvolvimento Produtivo - PDP

- Baseia-se em três eixos principais: ampliação do investimento, da inovação e das exportações e está organizada em três níveis:
 1. Ações sistêmicas: focadas em fatores geradores de externalidades positivas para a estrutura produtiva nacional.
 2. Programas estruturantes: voltados para setores ou complexos produtivos. Inicialmente, desenvolvidos programas para 25 setores.
 3. Destaques estratégicos: micros e pequenas empresas, regionalização, integração produtiva com a América Latina e Caribe e com a África, desenvolvimento sustentável, exportações.

Metas para 2010

- Ampliar taxa de investimento de 17,6% para 21% do PIB.
- Aumentar investimentos privados em P&D¹ de 0,51% para 0,65% do PIB.
- Ampliar participação brasileira de 1,17% para 1,25% do comércio mundial.
- Aumentar em 10% número de micros e pequenas empresas exportadoras que, em 2006, era de 11.792 empresas.

Instrumentos

- Incentivos fiscais, crédito e subvenção econômica.
- Poder de compra governamental.
- Regulação técnica, econômica e concorrencial.
- Apoio técnico: certificação, metrologia, promoção comercial, gestão da propriedade intelectual, capacitação empresarial, de recursos humanos e outros.

Recursos

- Financiamento: R\$ 210,4 bilhões de financiamento do BNDES para investimentos em capital físico e em P&D na indústria e nos serviços.
- Desonerações tributárias da ordem de R\$ 20 bi entre 2008 e 2011.
- R\$ 41,2 bi do PAC para ciência, tecnologia e inovação.

Ações já realizadas

- 23 medidas de desoneração de investimentos, inovação e exportações: 20 delas encaminhadas ao Congresso na MP 428 / 2007. Seis medidas já estão em vigor e as demais aguardam regulamentação².
- 18 medidas de crédito e financiamento às exportações, ao investimento e à inovação. Oito medidas de financiamento em vigor. As demais aguardam regulamentação ou operacionalização.
- Sete medidas regulatórias editadas: duas em vigor e demais aguardando regulamentação.
- Propostas mais de 20 medidas de simplificação do comércio exterior e com prazo para adoção até o segundo semestre de 2008.
- Realizadas 14 reuniões com os setores envolvidos na PDP. Os respectivos planos de trabalho setoriais estão em fase de elaboração.

Mais informações: <http://www.desenvolvimento.gov.br/pdp/>

¹ Pesquisa e Desenvolvimento.

² <http://www.seae.fazenda.gov.br/pronunciamento/bb-xxi-forum-do-planalto-politica-de-desenvolvimento-produtivo>

MAIS ALIMENTOS

Aumento da produção de alimentos para combater alta dos preços e exportar excedentes

Oportunidade

- Programa visa enfrentar alta recente dos alimentos com aumento da produção da agricultura familiar, por meio de investimento, conhecimento e comercialização. Meta: produzir mais 18 milhões de toneladas/ano até 2010.
- Brasil é dos poucos grandes produtores mundiais com perspectivas de aumento de produção acima da demanda interna (pode exportar excedentes), por aumento de área plantada ou por aumento de produtividade.
- **Entre as safras 2000/01 e 2007/08, o mundo apresentou um déficit (diferença entre produção e consumo) de 176 milhões de toneladas de grãos, enquanto o Brasil apresentou superávit de 149,4 milhões de toneladas.**

Mais investimento

- Criação de linha especial de crédito para investimento de longo prazo. Até R\$ 100 mil, com prazo de 10 anos (até 3 anos de carência), taxa de 2% ao ano e seguro pelo Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF).
- Metas: Safra 2008/2009 – 300 mil produtores e investimento de R\$ 6 bi. Até 2010: 1 milhão de produtores e investimento de R\$ 25 bi.
- Resultados esperados:
 - Aumento da mecanização.
 - Acordo com Anfavea¹: desconto de 15% na aquisição de tratores adequados à agricultura familiar. 60 mil tratores em 3 anos.
 - Acordo com Abimaq²: entrega de implementos agrícolas a preços especiais.
 - Possibilidade da utilização do mecanismo de registro de preços³ para regular preços de outros insumos.
 - Mais investimentos em melhoria de solo, pastagens, sementes e genética.
 - Aumento da capacidade de armazenagem na propriedade e em cooperativas.

Mais conhecimento

- Nova Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater): em cinco anos, ampliar recursos e reestruturar o sistema de Ater.
 - Proposição de Lei Geral da Assistência Técnica e Extensão Rural.
 - Carteira de serviços com remuneração pré-determinada e contratação simplificada.
- Resultados esperados:
 - Um milhão de agricultores assistidos, com aumento dos extensionistas para 30 mil profissionais e atendimento sistêmico da propriedade;
 - Organização por cadeia produtiva, focada na gestão do negócio e inovação, flexibilidade para operar com diversos agentes (públicos, cooperados, privados).

Mais comercialização: política geral de estoques e preços

- Estoques reguladores e de segurança alimentar para antecipar crises de oferta.
- Correção dos preços mínimos: feijão, arroz, trigo, mandioca, milho e leite.
- Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): ampliação dos recursos em R\$ 200 mi e ajustes no programa.
- Ampliação da estrutura de armazenagem pública e das cooperativas.

Mais informações: <http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/1872>

¹ Anfavea: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores.

² Abimaq: Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos.

³ Conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras (Decreto nº 3.931/01, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, previsto na Lei nº 8.666/93).

3 – TEMAS SETORIAIS E ATUALIDADES

Índice

Tema	Página
1. Justiça	40
2. Fundo Soberano do Brasil	41
3. Portos	42
4. Indústria Naval	43
5. Reserva Indígena Raposa Serra do Sol	44
6. Inflação e Alimentos	45
7. Comparativo Econômico 2003-2008	46
8. Crédito	47
9. Previdência Social	48
10. Combustíveis	49
11. Energia Elétrica	50
12. Desmatamento e Aquecimento	51
13. Agricultura e Pecuária	52
14. Mudança no Campo	53
15. Reforma Agrária	54
16. Integração Nacional	55
17. Projeto São Francisco	56
18. Relação com Municípios	57
19. Relação com Estados	58
20. Aqüicultura e Pesca	59
21. Habitação	60
22. Saneamento	61
23. Inclusão Digital	62
24. Esportes	63

Fique atualizado, consulte também:

em questão

http://www.brasil.gov.br/noticias/em_questao

JUSTIÇA

Menos formalidade, mais celeridade nos processos judiciais e mais segurança ao cidadão

Reforma no Código de Processo Penal

- Celeridade nos processos que vão a Júri e mecanismos de apoio à vítima (Lei 11.689, de 9jun/08).
 - Estabeleceu audiência única de instrução; o réu não poderá protestar por novo júri, caso a pena decretada seja igual ou superior a 20 anos; idade mínima dos jurados caiu para 18 anos.
 - Juiz terá que fundamentar a decisão apenas nas provas lícitas constantes do processo judicial. Vítima poderá ter atendimento multidisciplinar, na área psicossocial, jurídica e de saúde, custeada pelo ofensor ou Estado.
- Simplificação do processo penal (Lei 11.719, de 20jun/08):
 - Juiz de ação penal pode determinar valor mínimo de indenização para ofendido, dispensando necessidade de ingresso de ação civil. Citação de réu poderá ser feita por edital.

Alteração no trâmite de recursos repetitivos no STJ

- Rapidez no julgamento de recursos perante o STJ (Lei 11.672, de 8mai/08).
 - Impede que matérias já julgadas e de entendimento firmado sejam submetidas novamente à Corte. **Para STJ, norma reduzirá em 75% os recursos apresentados ao órgão.** O procedimento já é utilizado no STF.

Medidas para promover mais segurança

- Venda e consumo de bebidas alcoólicas (Lei 11.705, de 19jun/08).
 - Proíbe venda de bebidas alcoólicas nas rodovias federais nas áreas rurais e determina que motoristas não poderão ter qualquer teor de álcool no sangue. Código de Trânsito Brasileiro permitia até 0,6 miligramas. Dirigir embriagado será considerado crime, e crimes de trânsito serão julgados pela Justiça comum, não mais por juizados especiais. A infração, considerada gravíssima, será punida imediatamente com multa de R\$ 955 e perda da habilitação. Teste de embriaguez passa a ser obrigatório. Quem se recusar a fazer teste será multado no mesmo valor e terá a carteira suspensa por um ano.
- Desarmamento (Lei 11.716, de 19jun/08):
 - Reaberto prazo para registro de armas até 31dez/08; tornada permanente a possibilidade de devolução de armas pelos cidadãos, sem implicações penais.
 - Estabelece fornecimento de certidões negativas por meio eletrônico; simplifica procedimentos para renovação de registros estaduais e primeiro registro de armas de fogo; possibilidade de aproveitamento de armas apreendidas por órgãos de segurança pública e Forças Armadas.

FUNDO SOBERANO DO BRASIL

Diversificação das aplicações, aumento da rentabilidade e financiamento de projetos estratégicos

Objetivos

- Ser instrumento anticíclico de política fiscal.
 - Estabilizar o orçamento primário da União no longo prazo.
 - Auxiliar a política antiinflacionária ao reduzir gasto público, quando a economia estiver aquecida, e aumentá-lo, em período de desaquecimento.
 - Instrumento mais eficiente que elevação de juros em momento de economia aquecida, pois reduz atividade sem aumentar despesa do governo com juros.
- Ampliar ações do país no exterior (recursos do Fundo podem ser utilizados para aquisição de ativos).
- Apoiar comércio exterior via financiamento de exportações brasileiras (similar aos *export-import banks* de outros países).
- Diminuir volatilidade da taxa de câmbio (por exemplo: a poupança fiscal em reais pode ser utilizada para comprar dólares no mercado local, reduzindo pressão de valorização em momentos de forte entrada de recursos externos).
- Divesificar e aumentar a rentabilidade da aplicação das reservas internacionais do país.

Fontes de financiamento

- Fiscal: receitas primárias (inicialmente o fundo receberá poupança fiscal de 0,5% do PIB, obtida mediante a elevação do superávit primário em 2008).
- Financeira: emissão de títulos.

Outras informações

- Gestão do fundo será exercida pelo Ministério da Fazenda.
- Operado por instituição financeira federal.
- Conselho Deliberativo do Fundo Soberano do Brasil, a ser constituído, estabelecerá gestão, limites, prazos e natureza dos investimentos.
- Relatório de desempenho do Fundo será encaminhado semestralmente ao Congresso Nacional.
- Rentabilidade do Fundo será, no mínimo, a Taxa Libor¹.

¹ Libor (London Interbank Offered Rate - Taxa Interbancária do Mercado de Londres): taxa preferencial de juros oferecida para grandes empréstimos entre os bancos internacionais.

PORTOS

Modernização geral para valorizar produtos brasileiros e aumentar competitividade da cabotagem e do transporte de longo curso

Panorama do setor portuário

- Processo de privatização da operação portuária, iniciado com a Lei 8.630/93, foi seguido de falta de investimentos e degradação crescente de instalações.
- A partir de 2007, novo foco é dado ao setor: o Governo Federal viabiliza novos investimentos e promove a modernização da gestão e da infraestrutura.

Institucionalização

- A Secretaria Especial de Portos, instalada em mai/07, instituiu novo modelo de gestão do setor, voltado para redução de custos dos serviços portuários e valorização dos produtos brasileiros.
- As Companhias Docas, responsáveis pela administração de portos marítimos e fluviais, foram retiradas do Programa Nacional de Desestatização (Decreto 6.413, de 25mar/08). Medida estabelece metas e indicadores de desempenho e cria novo modelo de gestão por resultados.
- Recursos para 2008: R\$ 842,6 mi.

Programa Nacional de Dragagem

- Objetivo: aprofundar canais de acesso a terminais, de modo a receber navios de maior porte e aumentar competitividade e capacidade de movimentação de cargas.
- Fatores que geram necessidade de dragagem: assoreamento progressivo dos portos; evolução da movimentação de cargas com aumento da economia de escala; aumento do porte e dimensões dos navios; segurança da navegação.
- Estima-se dragar 77,4 milhões de m³, resultando em aprofundamento de 3 a 5 metros em 16 portos. Volume equivale a cerca de 31 mil piscinas olímpicas¹.
- Recursos: R\$ 1 bi até 2010.
- Portos beneficiados:
 - Rio Grande-RS
 - Recife-PE
 - Fortaleza-CE
 - Aratu-BA
 - São Francisco do Sul-SC
 - Natal-RN
 - Salvador-BA
 - Imbituba-SC
 - Itaguaí-RJ
 - Santos-SP
 - Suape-PE
 - Rio de Janeiro-RJ
 - Itajaí-SC
 - Cabedelo-PB
 - Paranaguá-PR
 - Vitória - ES

¹ Piscina de 50mx25x2 m. Volume: 2.500 m³.

INDÚSTRIA NAVAL

Investimentos de mais de US\$ 50 bi nos próximos 9 anos multiplicam empregos e acompanham novo dinamismo do setor petrolífero

Renascimento

- Descoberta de novos campos de petróleo e compromisso com nacionalização dão vida nova à indústria naval e *offshore*¹.
- Dez plataformas de exploração e produção (investimentos de US\$ 5,7 bi) e sete embarcações de apoio² (US\$ 120 mi) já concluídas.
- Década de 1970: 36 mil trabalhadores. Em 2003, apenas 1.900. Em 2008: 40 mil.

Promef³ – 1ª fase

- Prevê construção de 26 navios de grande porte, já contratados junto à Transpetro, com investimento de US\$ 2,5 bi.

Promef – 2ª fase

- Lançado em mai/08, prevê construção de mais 23 navios de grande porte, contratados junto à Transpetro (US\$ 1,7 bi) e outras empresas brasileiras de navegação (US\$ 843 mi).

Renovação da frota de apoio da Petrobras

- Prevista construção de até 146 embarcações, que deverão ter bandeira nacional, ser de propriedade de empresas brasileiras e ter um mínimo de 70 a 80% de conteúdo nacional⁴.
- Em licitação a contratação de 24 destas 146 embarcações. As 122 restantes acontecerão até 2014.
- Outros dois navios estão em negociação entre Petrobrás e Noroil Empresa de Navegação Ltda., que deverão ser construídos no Estaleiro Atlântico Sul para entrega entre 2012 e 2015, no valor total de US\$ 320 mi.
- Estima-se criação de 500 empregos diretos, nas obras de cada embarcação, e 3.800 novos postos para tripulantes.
- Contratação de 21 navios pelo modelo de afretamento⁵.

Empreendimentos contratados ou em andamento

- Três plataformas *offshore* em construção, sendo duas em fase final (P51 e P53) e uma com construção prevista para o 2ºsem/08.
- Iniciada construção de 17 embarcações de apoio (2º Plano de Renovação de Frotas), com investimento total de US\$ 250 mi. Assinado, ainda, contrato para construção de 14 embarcações no valor de US\$ 200 mi.

Empreendimentos em licitação ou a licitar pela Petrobrás

- Além do Promef 1ª e 2ª fases, oito plataformas *offshore* e 40 plataformas de perfuração (12 com entrega prevista até 2012, 28 entre 2013 a 2017).

¹ O termo *offshore* refere-se às plataformas marítimas.

² Embarcações de apoio são de pequeno porte e destinam-se a transporte de pessoas, cargas, rebocadores, em suporte à atividade das plataformas e embarcações de grande porte.

³ Programa de Modernização e Expansão da Frota da Petrobras. Refere-se às embarcações de grande porte.

⁴ Dependendo do tipo da embarcação.

⁵ Modelo de contratação em que a embarcação pertence ao prestador do serviço.

RESERVA RAPOSA SERRA DO SOL

Direitos constitucionais aos povos indígenas, paz social, desenvolvimento regional e soberania nacional

População da reserva

- Abarca 194 aldeias com 18.992 indígenas das etnias Macuxi, Wapixana, Ingarikó, Taurepang e Patamona. Densidade demográfica de 1,08 hab/km², quase o dobro das demais regiões do estado (exceto capital).

Dimensão da terra homologada

- Total de 17.474,64 km² (7,79% da área de Roraima).
- Homologação em área contínua deve-se à quantidade de comunidades (194 aldeias) e seu deslocamento, que alterna exploração de recursos naturais com “descanso” e regeneração natural de outras partes da área.
- Roraima possui 46% de seu território formado por terras indígenas¹; restante do território supera área do Estado de PE ou somatório de AL, ES e RJ.

Histórico da identificação, demarcação e homologação

- Ago/92: grupo de trabalho para identificar e delimitar área.
- Dez/98: declarada posse permanente dos índios e autorizada demarcação.
- Abr/05: portaria ministerial retifica área a ser demarcada; Funai demarca a terra indígena; decreto presidencial homologa reserva.

Conflito pós-homologação

- A partir de abr/05: diversas ações são ajuizadas pelos não-índios (rizicultores), contestando demarcação.
- Jun/07: Supremo Tribunal Federal determina que não-índios desocupem área.
- Set/07: indígenas e Governo Federal assinam compromisso para evitar conflitos.
- Dez/07: rizicultores pedem ao Ministério da Justiça que aguarde colheita da safra para posterior saída do território, mas não cumprem acordo.
- Mar/08: Procurador-Geral da República recomenda ao Presidente imediata retirada de não-índios da área, devido à escalada de violência.
- Mar/08: Polícia Federal inicia Operação Upakaton 3 para retirar não-índios.
- Abr/08: STF suspende qualquer operação de retirada de não-índios.

Proteção na área de fronteira

- Dec. 4.412/02 assegura livre trânsito das Forças Armadas em territórios indígenas.
- Pelotão de Fronteira de Uiramutã localizado dentro da reserva.

Economia do Estado de Roraima

- Rizicultura é responsável por 1,75% do PIB de Roraima.
- Ações do Governo Federal em RR: criação de áreas de livre comércio e de três pólos de desenvolvimento; regularização fundiária; cursos de capacitação em ecoturismo; apoio à formação de professores; 3.202 ligações no Luz para Todos; 33.662 beneficiados do Bolsa Família; crescimento de 38% dos empregos formais (2008 ante 2002); 13 vezes mais recursos no Pronaf (safra 2006/2007 ante a de 2002/2003)².

¹ São 29 terras indígenas, com uma população aproximada de 30 mil índios das etnias Ingarikó, Macuxi, Patamona, Taurepang, Waimiri-Atroari, Wapixana, Waiwai, Yanomami e Ye'kuana.

² Estes dados retificam informações sobre as ações em RR apresentadas na edição de junho do Destaques.

INFLAÇÃO E ALIMENTOS

Alta recente da inflação, principalmente a dos preços dos alimentos, é objeto de atenção e medidas por parte do governo

Ações macroeconômicas de combate à inflação

- Estímulo ao investimento: PAC e Política Industrial.
- Aumento da taxa básica de juros (Selic) de 11,75% para 12,25% ao ano, por parte do Copom, em 4jun/08¹.
- Aumento da meta de resultado primário: de 3,8% para 4,3% do PIB.
- Ação Setorial: restrições à expansão do crédito ao consumidor (IOF compulsório sobre leasing).

Medidas para conter preço dos alimentos e aumentar produção

- Liberalização de importações (lista de exceção – imposto de importação).
- Cide²: redução da alíquota sobre importação e comercialização de gasolina e suas correntes e diesel e suas correntes³.
- Redução a zero da alíquota de PIS/Cofins de trigo, farinha de trigo e pão comum e de adubos, fertilizantes, defensivos e outros produtos.
- Arroz: 50 mil toneladas do produto leiloadas pela Conab⁴ em jun/08. Venda do produto no ano atingiu 460 mil toneladas.
- Instrumentos de apoio à agropecuária:
 - Reestruturação das dívidas dos produtores rurais⁵, da ordem de R\$ 75 bi, que permitirá recuperação da renda agrícola e aumento da produção.
 - **Safra 2008/2009 – R\$ 78 bilhões:** R\$ 65 bi para a agricultura empresarial e R\$ 13 bilhões para agricultura familiar.
 - **Programa Mais Alimentos – Ver pág 38**

Poder de compra do salário mínimo – jan/03 a jun/08

Itens da cesta básica	Preço nominal		Poder aquisitivo do s.m.	
	Jan/2003	Jun/2008	Jan/2003	Jun/2008
Salário mínimo	R\$ 200,00	R\$ 415,00	-	-
Cesta Básica	R\$ 143,50	R\$ 217,73	1,4 cesta	1,9 cesta
Arroz (kg)	R\$ 1,74	R\$ 2,27	115 kg	183 kg
Feijão (kg)	R\$ 2,73	R\$ 4,84	73 kg	86 kg
Carne (kg)	R\$ 7,34	R\$ 11,46	27 kg	36 kg
Pão (kg)	R\$ 4,37	R\$ 5,86	46 kg	71 kg
Leite (litros)	R\$ 1,12	R\$ 1,69	179 litros	246 litros
Óleo (litros)	R\$ 2,73	R\$ 3,42	73 litros	121 litros

Fonte: Dieese e Ipeadata.

¹ Segundo aumento consecutivo de 0,5 p.p. O primeiro aumento foi feito em 16abr/08.

² Cide – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico. Decreto 6.446, de 2mai/08.

³ De acordo com a lei 10.336/2001, que instituiu a Cide, “consideram-se correntes os hidrocarbonetos líquidos derivados de petróleo e os hidrocarbonetos líquidos derivados de gás natural utilizados em mistura mecânica para a produção de gasolina ou de diesel, de conformidade com as normas estabelecidas pela ANP”.

⁴ Companhia Nacional de Abastecimento.

⁵ Medida Provisória 432, de 27mai/08.

COMPARATIVO ECONÔMICO 2003-2008

Varição de indicadores econômicos selecionados revela que Brasil consolida bons fundamentos e estabilidade

Indicador	Jan/2003	Mai/2008	Varição (%)
PIB (R\$ bilhões de 2007)	2.121 ¹	2.559 ²	+21
Balanco de pagamentos (saldo mensal - US\$ milhões)	713	4.030	+465
Balança comercial (saldo mensal - US\$ milhões)	1.155	2.719 ³	+135
Superávit primário (% do PIB acumulado em 12 meses)	3,71	4,34	+17%
Reservas internacionais (US\$ milhões)	37.652	200.827 ³	+433
Investimento estrangeiro direto (US\$ milhões)	905	1.313	+45
Investimento brasileiro no exterior (US\$ milhões)	181	1.439	+695
Risco-Brasil (pontos-base)	1.439	230 ^o	-84
Juros Selic (% a.a.)	25,00	11,75	-53
Crédito total (% do PIB)	21,8	36,5	+67
Dólar comercial (R\$)	3,44	1,62 ³	-53
Inflação IPCA (% a.m.)	2,25	0,79	-65
Cesta básica (R\$)	198 ⁴	218 ³	+10
Emprego (milhões de postos formais)	28,7	37,8	+32
Taxa de desocupação nas regiões metropolitanas (%)	11,2	7,9	-29
Salário mínimo real (R\$)	268	415	+55
Produção industrial (Índice de Base Fixa: 2002 = 100)	92,22	128,48	+39
Safra de grãos (milhões ton/ano)	97,6 ⁵	133,1 ⁶	+36
Vendas do comércio (Índice de Base Fixa: 2003 = 100)	93,38	135,45 ⁷	+45

¹ PIB 2002.

² PIB 2007.

³ Junho 2008.

⁴ Valor médio da cesta básica do Dieese corrigido pelo IPCA, período jan/03 a mai/08.

⁵ Safra 2002.

⁶ Safra 2007.

⁷ Abril 2008.

CRÉDITO

Volume é o maior desde 1995 e supera R\$ 1 tri. Oferta impulsiona consumo e crescimento do país

Volume total de crédito do sistema financeiro

- Alcançou R\$ 1 tri (mai/08).
 - Banco do Brasil: de R\$ 59 bi (dez/02) para R\$ 200 bi (jun/08).
 - Caixa Econômica Federal: de R\$ 22,7 bi (dez/02) para R\$ 61,8 bi (mai/08).
- Relação entre crédito total e PIB é de 36,5% (mai/08), maior patamar desde 1995¹.
- Aumento de 172% no período jan/03-mai/08.

Crédito para pessoa física

- Operações com recursos livres contratadas por pessoas físicas cresceram de R\$ 88,5 bi (jan/03) para R\$ 355,2 bi (mai/08).
- Taxas médias de juros dessas operações caíram de 83,6% a.a. (jan/03) para 47,4% a.a. (mai/08).

Crédito consignado

- Alcançou R\$ 71,9 bi (mai/08).
- Taxas médias de juros do crédito consignado são de 27,3% a.a. (mai/08).

Crédito imobiliário

- Créditos com recursos direcionados e livres do sistema financeiro para habitação alcançaram R\$ 51 bi (mai/08).

Pronaf

- R\$ 33,1 bi nas safras 2003/2004 a 2007/2008.

Microcrédito e bancarização

- Microcrédito Produtivo Orientado²: R\$ 3,3 bi em desembolsos (jan/03-dez/07).
- Microcrédito Produtivo e Popular³: R\$ 6,3 bi em desembolsos (jan/03-fev/08).
- Bancarização: abertas 7,7 milhões de contas-correntes simplificadas e 313 mil contas-poupanças simplificadas (jan/03-fev/08).
 - Conta Caixa Fácil da CEF: maior programa de inclusão bancária do país, com 4,8 milhões de contas ativas e saldo de R\$ 210 mi em crédito.
 - Banco Popular do Brasil: 7.890 pontos de atendimento para abertura de conta corrente simplificada por população de menor renda.

¹ Entre os meses de nov/94 e fev/95, a relação entre crédito total e PIB foi superior a 36%. O maior valor da série do Banco Central, com início em jun/88, foi registrado em jan/95: 36,8%.

² Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (MTE) – consolidação de informações do BNB (Crediamigo), BNDES, CEF e Banco do Brasil.

³ Depósitos especiais para microcrédito (2%) destinados a microempreendedores e para uso livre (crédito popular).

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Déficit e filas diminuem; gestão e atendimento a idosos melhoram

Balanco de mai/08

- Déficit: caiu 22,9% ante mai/07 (de R\$ 3,6 bi para R\$ 2,8 bi). Acumulado no ano: R\$ 15,5 bi (menos 16,8% ante 2007).
- Regime Geral Urbano apresentou déficit de R\$ 174 mi na contabilidade tradicional e superávit de R\$ 904,8 mi com novo modelo, que considera a renúncia fiscal – filantropia, benefícios rurais e Simples – como receita coberta pelo Tesouro. Em 2008, pela contabilidade tradicional: déficit foi de R\$ 2,2 bi e pela nova contabilidade: superávit R\$ 3,3 bi.

Balanco de 2007

- Déficit anual tem 1ª queda desde 1996: necessidade de financiamento caiu de 1,8% do PIB em 2006 para 1,75% em 2007 (R\$ 46 bi)¹.
- Receitas cresceram mais que despesas: em 2007, arrecadação líquida cresceu 9,1% (R\$ 143,7 bi); despesas aumentaram 7,4% (R\$ 189,7 bi).
- Resultado da ampliação do trabalho formal; esforços na gestão de benefícios (auxílio-doença e censo previdenciário) e intensificação no combate às fraudes.

Realizações e avanços

- Ampliação do acesso: Plano Simplificado de Previdência Social para contribuintes individuais e facultativos reduziu alíquota de 20% para 11%.
- Encaminhado ao Congresso Nacional, em 20mai/08, projeto de lei (PL) que permitirá ao INSS reconhecer o tempo de serviço determinado em sentenças judiciais ou acordos homologados na Justiça do Trabalho².
- Facilidades: o monitoramento do Sistema de Agendamento Eletrônico (SAE), internet e Central 135 e as medidas de gestão da agenda contribuiram para ampliação do atendimento para cerca de 3,5 milhões de segurados/mês³.
- Fraudes: em 2008, força-tarefa investigou e Polícia Federal prendeu 207 fraudadores em 24 operações realizadas entre janeiro e 23jun/08. Entre 2003 e 2008, foram presos 1.058 fraudadores em 165 operações.
- Parcerias com Judiciário (Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais Regionais Federais da 1ª e 3ª Regiões) para realização do Programa de Conciliação Previdenciária e padronização dos entendimentos. Objetivo é solucionar processos – em grau de recurso – relacionados à Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) e aos benefícios rurais.
- Parceria entre Previdência Social e TSE⁴ (3jun/08) possibilitará cruzar dados para identificar títulos de eleitor cancelados e óbitos não registrados⁵.
- Incentivo à formalização de empregados domésticos (abatimento do IR).
- Salário-maternidade para desempregadas seguradas.

¹ Se descontado o efeito contábil da antecipação do pagamento de parte dos benefícios de jan/08 para dez/07, déficit seria ainda menor, de 1,62% do PIB. Em jan/08, déficit cresceu 30,7% na comparação com o mesmo período do ano anterior, em virtude do pagamento de sentenças judiciais, no valor de R\$ 2,4 bi.

² Com aprovação do PL, o segurado que ganhar ação na Justiça do Trabalho poderá comprovar mais facilmente seu tempo de serviço junto à Previdência Social. Atualmente, INSS só contabiliza o tempo se o trabalhador tiver provas documentais.

³ Além disso, travas de segurança para impedir que intermediários criassem falsa fila virtual, qualificação dos servidores e construção de novas unidades ajudaram na abertura de 388.264 novas vagas de atendimento nas agências.

⁴ TSE – Tribunal Superior Eleitoral.

⁵ INSS terá acesso à base de dados dos títulos de eleitor cancelados, em função de morte dos eleitores ou não comparecimento em três eleições seguidas. TSE terá acesso aos dados do Sistema de Óbitos da Previdência Social (Sisobi).

COMBUSTÍVEIS

Investimento contínuo para manter auto-suficiência em petróleo, ampliar produção de gás e garantir segurança energética

Petróleo

■ Resultados 2007

- Tupi (Bacia de Santos¹): jazida de petróleo e gás – previsão de cinco a oito bilhões de barris.
- Entrada em operação de seis plataformas², recordes de produção (1.854 mil barris diários).
- Obras de modernização, ampliação e melhoria de oito refinarias³.
- Iniciadas obras de terraplanagem da Refinaria Abreu e Lima, no complexo portuário e industrial de Suape (PE), em parceria com a PDVSA⁴.

■ Resultados 2008

- Início de terraplanagem: Petroquímica Suape (PE), jan/08, e Comperj (RJ), mar/08.
- Início das obras da P-56 no estaleiro BrasFels-Angra, em fev/2008.
- Entrada em operação da Petroquímica Paulínia, em abr/08.
- Processamento de HBio⁵ nas refinarias Regap, Repar, Refap e Replan⁶.

■ Perspectivas 2008

- Conclusão das plataformas P-51⁷ e P-53⁸ no 3º tri/08. Operação da P-51 em dez/08.

Gás

■ Resultados 2007

- Entrada em operação de 662 km de gasodutos.

■ Resultados 2008

- Iniciada produção do campo de Peroá II (ES), em fev/08.
- Descoberta de Júpiter, na Bacia de Santos – grande jazida de gás natural e condensado, de dimensão ainda não delimitada.
- Entrada em operação do Cabiúnas (RJ) – Vitória (ES) em fev/08, com 303 km de extensão.
- Iniciadas, em maio/08, obras do gasoduto Cacimbas (ES) – Catu (BA), com 954 km.

■ Perspectivas 2008

- Início de operação do 1º terminal de regaseificação de Gás Liquefeito Natural em Pecém (CE), em jul/08; conclusão do terminal da Baía de Guanabara (RJ), em set/08.
- Dois gasodutos⁹ iniciam operação em 2008, totalizando 451 km.
- Início das obras de oito gasodutos¹⁰.
- Início da produção dos campos: Camarupim e Canapu, na Bacia do ES, em dez/08.

Petróleo e gás

- Conclusão de 12 dos 50 processos licitatórios, em 2008, para elaboração de projetos, fornecimento de materiais, construção e montagem de instalações e unidades industriais para exploração, produção e distribuição de petróleo, gás e derivados.

Biocombustíveis

- Vide página 9.

¹ Estende-se do litoral sul do Rio de Janeiro até litoral norte de Santa Catarina, passando pelo litoral de São Paulo e Paraná.

² P-52, P-54, Espadarte, Manati, Golfinho II e Piranema.

³ Refinaria Gabriel Passos (Regap) – Betim (MG), Refinaria Alberto Pasqualini (Refap) – Canoas (RS), Refinaria Landulpho Alves (RLAN) – Recôncavo Baiano (BA), Refinaria Duque de Caxias (Reduc) - Duque de Caxias (RJ), Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar) - Araucária (PR), Refinaria Henrique Lage (Revap) - São José dos Campos (SP), Refinaria de Paulínia (Replan) - Paulínia (SP), Refinaria Presidente Bernardes (RPBC) – Cubatão (SP).

⁴ Petróleos de Venezuela S.A.

⁵ HBio – também chamado diesel verde, é composto com 10% a 30% de óleos vegetais e diesel derivado do petróleo.

⁶ As obras na Replan deverão ser concluídas ainda no primeiro semestre deste ano. Nas demais refinarias as obras já estão concluídas.

⁷ A ser instalada no Campo Marlim Sul Módulo - 1 na Bacia de Campos.

⁸ A ser instalada no Campo Marlim Leste, na Bacia de Campos.

⁹ Trecho Taubaté – Japeri (247 km), do gasoduto Campinas-Rio, e trecho Catu-Itaporanga (197 km), do gasoduto Catu-Carmópolis.

¹⁰ Gasodutos: Pilar - Ipojuca (187 km), Caraguatatuba – Taubaté (96 km), GASDUC III (183 km), GASPAL II (60 km), GASBEL II (267 km), GASAN II (38 km), Paulínia - Jacutinga (93 km) e Japeri Reduc (45 km).

ENERGIA ELÉTRICA

Mudanças no setor garantem fornecimento de energia à sociedade e dão suporte ao crescimento econômico

Medidas para não faltar energia

- Novo modelo para setor elétrico (leis 10.871/04 e 11.097/05).
- Retomada do planejamento: criação da Empresa de Pesquisa Energética – EPE – e elaboração dos Planos Nacionais e Decenais de Energia.
- Crescimento econômico intensifica leilões de energia nova, com ampliação de linhas de transmissão e malha de gasodutos.
- Instituição de leilão como forma de comprar energia no mercado regulado e celebração de contratos com duração de 15 a 30 anos.

Geração e transmissão

- Resultados já obtidos:
 - Desde 2005, comercializados 12.808,4 MW¹ médios, em oito leilões.
 - Geração: em 2007, agregados 4.028 MW ao sistema – entre grandes e pequenas centrais hidrelétricas e termelétricas e usinas do Proinfa².
 - Transmissão: concluídas quatro ações (1.974 km) até 25jun/08.
- Perspectivas:
 - Geração: previsão de mais 2.914 MW agregados ao Sistema em 2008, 5.592,5 MW em 2009 e 2.892 MW em 2010.
 - Linhas de Transmissão (LT) monitoradas: sete ações (1.652 km) a serem concluídas até 31dez/08. Em 2009, 24 ações (5.573 km).
 - Em 26jun/08 foi realizado leilão de 3.081 km de LT e 9.175 MVA³ de potência de transformação.

Reservatórios

- Atendimento assegurado em patamares de segurança estabelecidos pelos órgãos de planejamento.
- Volumes acumulados ao final do mês de junho ficaram bem acima das Curvas de Aversão a Risco (CARs), de acordo com o ONS⁴:
 - Regiões SE/CO: 14,7 pontos percentuais acima da CAR.
 - NE: 32,6 pontos percentuais acima da CAR.
 - Sul: 55,7 pontos percentuais acima da CAR.

Argentina

- CNPE⁵ estabeleceu, a partir de mai/08, mecanismos para que Brasil envie energia elétrica à Argentina, em caráter excepcional, entre os meses de maio e agosto de 2008. Pelo acordo, o Brasil envia energia durante o inverno e recebe de volta em outubro.

¹ MW – Megawatt.

² Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, com 267 MW instalados.

³ Mega Volt-Ampère: mede a capacidade de conversão de voltagem num sistema elétrico.

⁴ Operador Nacional do Sistema. Região Norte não possui CAR.

⁵ Conselho Nacional de Política Energética.

DESMATAMENTO E AQUECIMENTO

Ações concretas e bons resultados: marcas da política ambiental brasileira

Combate ao desmatamento na Amazônia

- Desmatamento: 27,4 mil km² (2004); 11,2 mil km² (ago/06 a ago/07). Queda: 59%.
- Criado Grupo de Trabalho e Responsabilização Ambiental¹. Novas normas legais² deram instrumentos ao governo para aumentar fiscalização.
- Operação Arco Verde³ (MP 432/08): inclusão do penhor florestal dentre as garantias de crédito rural; fixação de taxa de juros de 4% para operações florestais destinadas à regularização e recuperação de reservas legais degradadas; inclusão de produtos extrativistas na Política de Garantia de Preços Mínimos.
- Formação do Grupo Interministerial, em mai/08, com finalidade de apresentar propostas para criação e funcionamento do Fundo Amazônia.
- Novo decreto proíbe definitivamente o abate de mogno, inclusive em áreas com autorização de desmate⁴.

Emissões

- CO₂: redução, em três anos, de 1,4 bilhão de ton oriundas de desmatamento.
- CFCs⁵: relatório da ONU (set/07) mostra que País foi o 5º que mais reduziu consumo entre 1995-2005 (atrás de China, EUA, Japão e Rússia). Substituição progressiva dos CFCs, adotada voluntariamente, evitou emissão de 360 milhões de ton de CO₂ equivalente⁶.

Desenvolvimento Florestal

- Investimentos em assistência técnica, capacitação e ampliação de linhas de crédito ampliaram área de plantio florestal, de 320 mil ha (2002) para 627 mil ha (2006).
- Entre 2006-2007, plantadas mais de 1 bilhão de árvores; cadastrados 210 milhões de hectares de florestas públicas e publicado o 1º Plano Anual de Outorga Florestal, com lançamento do 1º Edital de Concessão Florestal.

Política Nacional sobre Mudança do Clima

- Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM) prepara primeira versão do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, para consulta pública.
- Enviado ao Congresso PL 3535/08 (Política Nacional sobre Mudança do Clima).
- Estratégia para reduzir emissões e promover remoção de gases do efeito estufa e adaptação a impactos (positivos e negativos) das mudanças climáticas.

Unidades de Conservação (UCs)

- Criadas três UCs na região amazônica em 5mai/08⁷. Desde 2003, o SNUCs⁸ foi expandido em 26,7%, com a criação de 63 unidades (250.612km²). São 299 UCs federais, que contabilizam 9% de seu território (755.508 km²).

¹ Casa Civil, Advocacia Geral da União, Gabinete de Segurança Institucional, Ministério da Justiça, Polícia Federal, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Agência Brasileira de Inteligência, Ibama e Ministério do Meio Ambiente.

² Decreto 6.321/2007; Instrução Normativa 44, de 18fev/08 e Resolução CMN 3.545, de 29fev/08, IN 1MMA, de 29fev/08.

³ Operação Arco Verde do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento foi anunciada no lançamento do PAS, em 08mai/2008. Dois eixos de ação voltados aos 36 municípios que mais desmatam na Amazônia: medidas emergenciais e agenda de transição para a sustentabilidade.

⁴ Assinatura do decreto 6.477, de 5jun/08, que altera o artigo 3º do decreto 4722, com critérios para exploração do mogno.

⁵ Clorofluorcarbonos – contribuem para a destruição da camada de ozônio e possuem potencial de aquecimento global (efeito estufa) 10.720 vezes maior que o CO₂. No Brasil, desde 2001, gás não é mais utilizado em geladeiras, aparelhos de refrigeração e outras finalidades. A única exceção é para uso clínico.

⁶ "CO₂ equivalente" é medida métrica utilizada para comparar emissões de vários gases de efeito estufa baseado no potencial de aquecimento global de cada um.

⁷ Reservas Extrativas do Rio Xingu (PA), Ituxi (AM) e Parque Nacional Matinguari (AM).

⁸ Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

AGRICULTURA E PECUÁRIA

Mais crédito para aumentar ainda mais a produção de alimentos: safra 2008 aponta para novo recorde

Crédito rural

- Volume triplicou: de R\$ 24,7 bi em 2002/03 para R\$ 78 bi para safra 2008/09. Destes, R\$ 65 bi serão destinados à agricultura empresarial (Plano Agrícola e Pecuário – PAP) e R\$ 13 bi à agricultura familiar.
- O PAP contempla recursos para o custeio e investimento da produção, seguro rural, além de políticas de preços mínimos, especialmente para alimentos essenciais como arroz, feijão, milho e trigo.

Safra

- 2007 teve recorde de produção, com 133,1 milhões de ton de grãos. Recorde anterior era de 123,2 milhões, em 2003 (IBGE).
- Última estimativa disponível aponta para produção de 143,6 milhões de ton de grãos para a safra 2008 (IBGE).

Balança comercial do agronegócio

- Recordes históricos: em 2007, agronegócio exportou US\$ 58,4 bi e teve saldo de US\$ 49,7 bi. Desempenho decorreu de crescimento da economia mundial e do aumento de preços de importantes *commodities* da pauta de exportação.

Endividamento agrícola

- Reestruturação de R\$ 75 bi da dívida do setor, estimada em R\$ 87,5 bi (MP nº 432, de 27mai/08).
- Com potencial de atender 2,8 milhões de contratos, espera-se que medida fortaleça país como principal exportador mundial de produtos agrícolas.
- Renegociações feitas: 2003/04 (R\$ 30 bi); 2005/06 (R\$ 14bi); 2007 (R\$ 7bi).

Carne bovina

- Mai/08: Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) reconheceu oficialmente dez estados¹ e DF como áreas livres de aftosa, com vacinação.
- Jun/08: União Européia habilita PR e SP a exportarem carne *in natura* para o bloco. Até então, estavam habilitados a exportar MG, GO, RS, MT, ES e SC.
- Exportações totalizaram US\$ 11,3 bi em 2007, 30,7% superior a 2006 (*in natura* foram US\$ 3,5 bi em 2007, valor 11,2% superior a 2006).

Outras medidas

- Projeto de Lei Complementar que cria Fundo de Catástrofe do Seguro Rural, encaminhado ao Congresso Nacional, prevê que fundo funcione como instrumento de resseguro no caso de ocorrência de catástrofes climáticas.
- Decreto 6.464, de 27mai/08, dispõe sobre designação e atuação de adidos agrícolas junto a missões diplomáticas brasileiras no exterior. Participará de negociações internacionais, em especial assuntos sanitários e fitossanitários.
- Zoneamento Agroecológico da cana-de-açúcar deve ser concluído em jul/08.

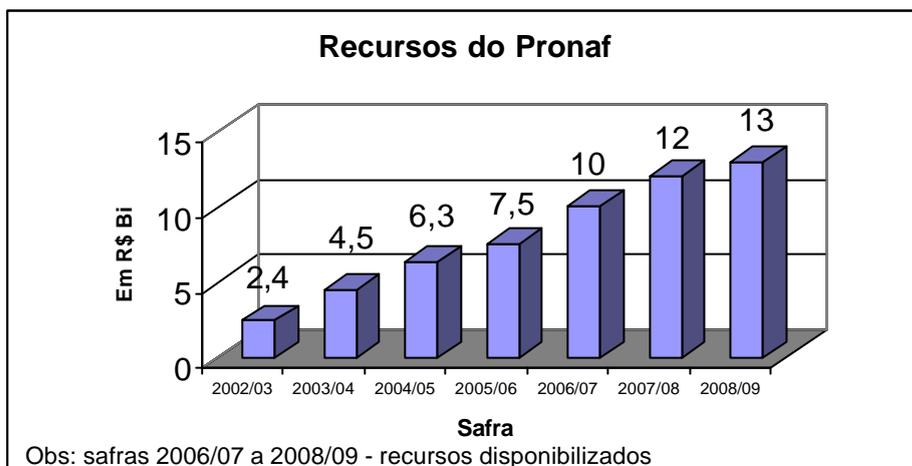
¹ BA, ES, GO, MT, MG, PR, RJ, SP, SE e TO. Estes estados retomam o reconhecimento vigente até 2005, quando foram diagnosticados eventos sanitários em MS e PR. Com anúncio, no total, 15 estados passam a ter reconhecimento, dos quais RS, RO e AC são reconhecidos como livres de aftosa, com vacinação, e SC, livre da doença, sem vacinação. Com relação a MS, ainda sem reconhecimento, mais informações foram encaminhadas a OIE para avaliação em julho.

MUDANÇA NO CAMPO

Agricultor familiar, que já responde por 70% dos alimentos dos brasileiros, tem mais crédito e assistência para produzir

Agricultura familiar

- Recursos disponíveis para a Agricultura Familiar, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), cresceram cinco vezes desde a safra 2002/2003. Passaram de R\$ 2,4 bi para **R\$ 13 bi em 2008/2009**.
 - Recursos sem atraso.
 - Desburocratização: Cartão Pronaf melhorou atendimento bancário.
 - Assistência técnica: de 107 mil em 2003 para 1,2 milhão de agricultores em 2007.
 - Criação do Seguro da Agricultura Familiar e do Garantia-Safra no semi-árido.
 - Políticas de comercialização: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) com R\$ 1,6 bi entre 2003 e 2007 e implantação da linha Pronaf Comercialização.



- Dívidas: MP 432, de 27mai/08, repactua dívidas de produtores. Há medidas específicas para agricultores familiares e assentados da reforma agrária, o que permitirá que 300 mil famílias regularizem financiamentos.

Destaques do Plano Safra 2008/2009 da Agricultura Familiar

- Grupos C, D e E do Pronaf foram agrupados em categoria chamada “agricultura familiar”. Para financiamento de custeio, as taxas de juros caíram para faixa de 1,5% a 5,5% ao ano (antes variavam de 3% a 5,5%). Nas operações de investimento, caíram para a faixa de 1% a 5% (antes variavam de 2% a 5,5%).
- Seguro da Agricultura Familiar (Seaf) para a produção de arroz, feijão, milho, trigo e mandioca – ampliado de R\$ 1,8 mil para até R\$ 2,5 mil.
- Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF) – criado em 2006, cobre operações de crédito de custeio estabelecendo preço de garantia de alguns produtos, tendo por base custo de produção. PGPAF foi ampliado de 11 para 15 produtos¹ e adotará preços mais elevados para trigo, arroz, feijão, milho, mandioca e leite, protegendo o produtor contra eventuais quedas de preços.
- Linha de crédito específica para recuperação e manejo de solo, com financiamento de até R\$ 7 mil e juro de 1% ao ano.
- Programa Mais Alimentos (ver página 38).

¹ Arroz, café, cará, castanha de caju, feijão, inhame, leite, mandioca, milho, tomate e soja; incluídos pimenta-do-reino, trigo, cebola e mamona.

REFORMA AGRÁRIA

Devidamente apoiados, assentados produzem cada vez mais alimentos que vão para a mesa dos brasileiros

Renda e cidadania

- De 2003 a 2007, criados 2.766 projetos de assentamento; incorporados mais de 39 milhões de hectares e assentadas quase 450 mil famílias.
 - Acesso a várias modalidades de crédito, que podem chegar a R\$ 23,3 mil por família.
 - Assistência técnica chegou a 555.300 famílias assentadas.
- Habitação: de 2003 a 2007, foram construídas 276.454 casas. Meta de 2008: construção de 60 mil casas e reforma de 40 mil dentro dos assentamentos.
- Educação: orçamento do Pronera¹ passou de R\$ 9 mi, em 2003, para R\$ 38 mi, em 2007. Resultado: 380 mil assentados alfabetizados, escolarizados e graduados no período.
- Em 2008, 48.800 assentados estudam.
 - Em projetos de alfabetização e ensino fundamental: 40.093.
 - Em cursos de nível médio profissionalizante: 5.282.
 - Em cursos de graduação (Pedagogia, Geografia, História, Direito, Agronomia, etc): 3.469.

Meio Ambiente

- Todas as superintendências do Incra têm metas de licenciamento.
- Obtidas 967 licenças prévias e de instalação e operação até jun/08.
- Meta de 2008: solicitação de mais de duas mil licenças de imóveis para fins de reforma agrária e de projetos de assentamentos.

Regularização fundiária em 2008

- Até final de 2008, mais de 30 mil pequenos agricultores vão receber títulos: dez mil no CE; seis mil em MG; dez mil na área do canal de transposição no Médio São Francisco; e cinco mil na faixa de fronteira, em 11 estados.
- Amazônia:
 - Retomados pela União 227 mil hectares na região de Manicoré/AM.
 - A mapear em 2008: 18 milhões de hectares de terras da União.
 - Operação com o Exército, a partir de jul/08, na área da BR-163, sul do PA, levantará número de posseiros com direito legítimo às terras.
- R\$ 40 mi para regularizar áreas quilombolas (Programa Territórios da Cidadania).

Fortalecimento do Incra

- Mais de 1.300 servidores concursados ingressaram no Incra em 2006 e 2007.

¹ Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

INTEGRAÇÃO NACIONAL

Redução das desigualdades regionais e convergência da ação pública em benefício das regiões menos favorecidas

Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)

- Decreto 6.047/2007: potencializar desenvolvimento, tendo como uma das estratégias o aproveitamento da diversidade regional brasileira.

Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – PDSA¹

- PDSA: 1º plano específico para a região. Em articulação com Sudene, encontra-se em processo de atualização para posterior consulta pública e validação.

Pró-água semi-árido e Infra-estrutura²

- Concluídos 35 sistemas³, entre 2003/06. Investidos R\$ 379,5 mi, beneficiando 2,5 milhões de pessoas.
- Mais dez sistemas em fase final de implantação e dois em fase de contratação. População atendida estimada é de 4,2 milhões de pessoas.

Cooperação com a União Européia – Diálogo de Políticas Regionais

- Assinado memorando de entendimento (nov/07) para cooperação na área de gestão de políticas regionais e territoriais. Agenda de trabalho para 2008-11, será lançada em out/08, em Bruxelas.

Fundos Constitucionais de Financiamento (FCO, FNE e FNO⁴)

- Em 2007, financiamentos contratados com recursos dos FCO, FNE e FNO totalizaram R\$ 7,3 bi, mais 4,4% ante 2006, sendo R\$ 1,1 bi aplicados pelo FNO, R\$ 4,2 bi pelo FNE e R\$ 2 bi pelo FCO. No período jan-abr/08, foram contratados R\$ 2,1 bi, sendo FCO: R\$ 600 mi, FNE: R\$ 1,1 bi e FNO: R\$ 400 mi.

Fundos Regionais de Desenvolvimento (FDA⁵)

- Recursos para projetos de infra-estrutura (energia e transporte) financiados por meio de crédito emitido pela empresa e que pode ser convertido em ações.
- Aprovados de 2006 até mar/08 projetos que demandam R\$ 827 mi no FDA, destes, R\$ 475 mi já foram liberados.

Incentivos fiscais nas áreas de atuação da Sudam e da Sudene⁶

- Incentivos e benefícios fiscais concedidos a setores considerados prioritários para o desenvolvimento regional. Estimativa da Receita Federal: R\$ 2,1 bi na área da Sudene e R\$ 1,6 bi na Sudam – gastos tributários relativos a incentivos fiscais de redução de imposto de renda em 2008.
- Criadas as novas Sudam e Sudene. Conselhos deliberativos instalados, respectivamente, em 30mai/08 e 30abr/08. O PLC 119/2006, de criação da nova Sudeco⁷, tramita no Senado Federal.

¹ Entrou no Plano Plurianual PPA 2004/07.

² Programa faz parte do Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido.

³ Sistemas de captação, condução e distribuição de água.

⁴ Respectivamente, Fundos Constitucionais do Centro-Oeste, Nordeste e Norte.

⁵ Fundo Regional de Desenvolvimento da Amazônia.

⁶ Respectivamente, Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

⁷ Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

PROJETO SÃO FRANCISCO

Investimento garantirá água para 12 milhões de pessoas que moram no árido e semi-árido nordestino

Projeto São Francisco – Integração de Bacias

- Grande empreendimento de infra-estrutura hídrica, que levará pequena parte da água do rio para abastecer sistema de açudes, adutoras e rios. Principais estados beneficiários: PE, CE, PB e RN.
- Integração do rio com as bacias do NE Setentrional consiste na retirada de 26 m³ de água por segundo, ou 1,4% da vazão regularizada.
- Rio não será desviado, manterá curso de sempre.
- Dois eixos: Norte e Leste, para levar água às regiões árida e semi-árida do NE setentrional – total de 622 km de canais, oito túneis, 27 aquedutos, 35 reservatórios, nove estações de bombeamento e 4,5 km de adutoras.
- Sem prejuízos econômicos ou ambientais para os estados (MG, BA, AL, SE e PE), projeto visa evitar a migração forçada, que há 150 anos atinge a região.
- Beneficiados: 12 milhões de habitantes do semi-árido: 5,5 milhões no Eixo Norte, 3,5 milhões no Eixo Leste e outros 3 milhões em PE.
- Será possível retomar movimento de barcos desde Juazeiro (BA) até Pirapora (MG), hoje praticamente inexistente.
- Há obras semelhantes em países como: Equador, Peru, Estados Unidos, Espanha e Egito.

Projeto São Francisco – Programa de Revitalização

- Abrange ações da nascente à foz, em MG, BA, PE, AL e SE.
- Obras de saneamento básico, recomposição de matas ciliares, controle de erosão e tratamento de resíduos sólidos, além da recuperação de 800 mil hectares de microbacias, criando condições para desenvolvimento de atividades econômicas ligadas ao rio.

Recursos do PAC

- Integração de bacias: R\$ 4,8 bi até 2010. Revitalização: R\$ 1,6 bi.

Andamento das obras

- Eixo Norte: executados, pelo Exército¹, 23% do canal de aproximação de 2,1 km e 28% da Barragem de Tucutu (PE) até 30abr/08.
- Eixo Leste: executados, pelo Exército, 7% do canal de aproximação de 6 km e 38% da Barragem de Areias (PE) até 30abr/08.
- Implementação de Programas Ambientais objetivando eliminação, minimização e controle de impactos ambientais provocados pela implantação e operação do empreendimento: fase de elaboração de plano de trabalho.

Mais informações: <http://www.integracao.gov.br/saofrancisco/projeto/index.asp>
<http://www.brasil.gov.br/pac>

¹ Batalhão de Engenharia do Exército.

RELAÇÃO COM MUNICÍPIOS

Cresce o Brasil, ganham os municípios: relações dão salto de qualidade, com cumprimento de compromissos e significativo aumento de repasses

Aumento dos recursos municipais

- Efeitos do crescimento econômico:
 - FPM¹: de R\$ 25,1 bi (2004) para R\$ 34,6 bi (2007).
 - ISS² passou a representar fatia mais significativa das receitas próprias municipais: de 40,3% (2004) para 45,1% (2006).
- Transferências reajustadas acima da inflação³:
 - Partilha da Cide⁴: de R\$ 322,1 mi (2004) para R\$ 465,4 mi (2007).
 - Saúde: de R\$ 15,6 bi (2004) para R\$ 19 bi (2007).
 - Salário-educação: de R\$ 1,6 bi (2004) para R\$ 2,3 bi (2007).
 - Transporte escolar: de R\$ 241,9 mi (2004) para R\$ 291,9 mi (2007).

Compromissos assumidos e já cumpridos

- Ampliação de 1% do FPM.
- Lançamento da Agenda Social.
- Estruturas de atendimento, como Sas⁵ e Salas das Prefeituras/Caixa Econômica Federal.
- Envio de nova proposta de Reforma Tributária ao Congresso Nacional.
- Lançamento do PDE⁶ e acompanhamento no CAF⁷.
- Fundeb⁸: R\$ 48 bi em 2007 e R\$ 61 bi em 2008.
- PAC Habitação: R\$ 1 bi para 1.053 municípios de 26 estados.
- PAC Saneamento: R\$ 12,5 bi em 2007, 976 projetos.
- Lançamento do Programa Mais Cultura - R\$ 4,7 bi até 2010.
- Lançamento do Programa Territórios da Cidadania.
- Criação do Portal de Convênios: todas as informações acessíveis a partir de set/08. <https://www.convenios.gov.br/portal>.
- Provias⁹: mais R\$ 500 mi do BNDES para municípios adquirirem máquinas.
- Comitê Gestor ITR¹⁰: estabelecerá novas regras que permitam aos municípios fazer a opção pela cobrança do ITR.
- GTI¹¹ de apoio à transição governamental dos municípios: sistematizará informações disponíveis no governo federal sobre os municípios para entregar a cada um dos eleitos em 2008.
- Transporte Escolar Rural: encaminhado PL e instalado GT no FNDE/MEC.
- Agenda Nacional de Apoio à Gestão dos Municípios: conjunto de ações para melhorar a gestão dos municípios apresentada na X Marcha dos Prefeitos¹².

¹ Fundo de Participação dos Municípios. Valores corrigidos pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo a preços de dez/07.

² Imposto Sobre Serviços (competência municipal).

³ Inflação medida pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo. Valores a preços de dez/07.

⁴ Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico.

⁵ Sistema de Assessoria Federativa em cada órgão da administração pública federal.

⁶ Plano de Desenvolvimento da Educação.

⁷ Comitê de Articulação Federativa – vinculado à Presidência da República – visa aprimorar a relação com os municípios.

⁸ Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica.

⁹ Programa de Intervenções Viárias.

¹⁰ Imposto Territorial Rural.

¹¹ Grupo de Trabalho Interministerial.

¹² Realizada em 15abr/08.

RELAÇÃO COM ESTADOS

Ampliação da capacidade de investimento dos estados e recursos federais fortalecem pacto federativo e combatem a desigualdade regional

Diálogo republicano garante aumento de investimentos estaduais

- Alteração da Lei de Responsabilidade Fiscal para responsabilizar cada poder por seus gastos de pessoal. Proposta encaminhada ao Congresso.
- Compensações pela desoneração do ICMS nas exportações: R\$1,95 bi de repasse a título de auxílio financeiro para fomento às exportações em 2007¹.
- Mesas federativas no CAF² com Estados (Confaz³) e municípios acertaram proposta de Reforma Tributária enviada ao Congresso
- Partilha do PIS e Cofins com Estados. Reivindicação atendida na proposta de Reforma Tributária enviada ao Congresso.
- PEC⁴ dos precatórios. Apoio do Governo à proposta da PEC 12/06 garantiu aprovação na CCJ do Senado.
- Revisão da Lei de Licitações. Governo encaminhou PL ao Congresso.
- Vários estados tiveram contratos do Plano de Ajuste Fiscal (PAF) negociados com o Ministério da Fazenda, resultando em maior espaço fiscal para possíveis financiamentos e investimentos.
- Refinanciamento da dívida dos estados com o mercado. Banco do Brasil lançou programa.
- Reuniões com os 27 governadores e prefeitos das Regiões Metropolitanas: estruturaram investimentos do PAC e garantem o gerenciamento das ações.
- PAC saneamento transferiu R\$ 12,7 bi em 2007 para estados e municípios.
- Instalação do Foro Consultivo de Governadores e Prefeitos do Mercosul.

Programas pactuados fortalecem Política de Desenvolvimento Regional

- Territórios da Cidadania: Comitês estaduais articulados e instalados com governadores.
- Recriação da Sudam⁵ e Sudene⁶, tendo os governadores como membros dos novos conselhos.
- Adesão de todos os estados ao PDE⁷; Fundeb e apoio a transporte escolar (PNATE) incorporam o ensino médio.
- Mais Cultura – R\$ 4,7 bi até 2010, em parceria com os governos estaduais.
- Participação do Presidente nos Fóruns de Governadores: Nordeste, Amazônia Legal.
- Organização do PlanSeQ⁸ do Bolsa Família, que qualificará 200 mil beneficiários do Bolsa Família para mercado de trabalho.
- BNDES autoriza agências estaduais de desenvolvimento a operar como agentes.
- Pronasci: contratados R\$ 500 milhões para os estados em 27jun/08.

¹ Medidas Provisórias 355 e 368.

² Comitê de Articulação Federativa.

³ Conselho Nacional de Política Fazendária.

⁴ Proposta de Emenda à Constituição.

⁵ Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.

⁶ Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

⁷ Plano de Desenvolvimento da Educação.

⁸ Plano Setorial de Qualificação.

AQUICULTURA E PESCA

Desenvolvimento sustentável do setor gera inclusão social e contribui para soberania alimentar

Articulação institucional

- Plano de Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca: a ser lançado em jul/08, visa ao desenvolvimento sustentável desses setores e consolida uma política de Estado que promove inclusão social, articulando atores e contribuindo para a segurança e soberania alimentar do Brasil. Prevê metas e ações até 2010.
- Seap¹ fez acordos de cooperação técnica com estados para formar parcerias e promover integração para desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura. Acordos já formalizados: RN, AP, PA, TO, MA, CE, BA, AL e PR.

Subvenção ao óleo diesel marítimo

- Liberados e pagos R\$ 12 mi, em jun e jul/08, para subvenção ao óleo diesel marítimo destinado a embarcações pesqueiras.
- Óleo diesel representa pelo menos 50% dos custos. Subvenção possibilita aumento da competitividade no exterior e rentabilidade dos pescadores.
- Equiparação do preço do óleo diesel marítimo para pesca brasileira, com preço praticado internacionalmente, que antes beneficiava apenas o setor industrial, agora chega também ao pescador artesanal.
- Inaugurado 1º tanque de óleo diesel marítimo subvencionado em SC.

Capacitação tecnológica de comunidades tradicionais

- Realizada seleção pública do edital de geração e disponibilização de tecnologias da Seap (parceria com o CNPq²).
- Disponibilizados R\$ 1,4 mi para 14 projetos nas regiões Norte (AM), Nordeste (AL, PB e PE), Sudeste (RJ e SP), Centro-Oeste (GO) e Sul (PR, RS e SC).

Parques aquícolas licitados³

- Reservatório do Castanhão (CE): 647 lotes para criação de pescado pelas famílias da região (75% das 857 áreas licitadas).
- Cessão gratuita por período renovável de 20 anos.

Campanha de incentivo ao consumo do pescado

- Programa de Ampliação do Pescado na Alimentação Escolar: capacitação de merendeiras, nutricionistas, pescadores, aquicultores e servidores municipais.
- Etapa inicial, prevista para ser concluída em jul/08, envolve 400 pessoas e abrange 40 municípios de Pernambuco.
- Participantes recebem orientações sobre normas estabelecidas pelo PNAE⁴ para aquisição de alimentos, boas práticas de manejo e economia solidária.
- Semana do Peixe: realizada entre 25ago/08 e 7set/08, estimula o consumo do pescado com foco na qualidade de vida (parceria Abras⁵, Anvisa, empresários, trabalhadores e outros). Conta com festivais gastronômicos em 11 capitais.

¹ Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca.

² CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

³ Demarcação de áreas de águas da União - barragem ou lagos - para criação de peixes.

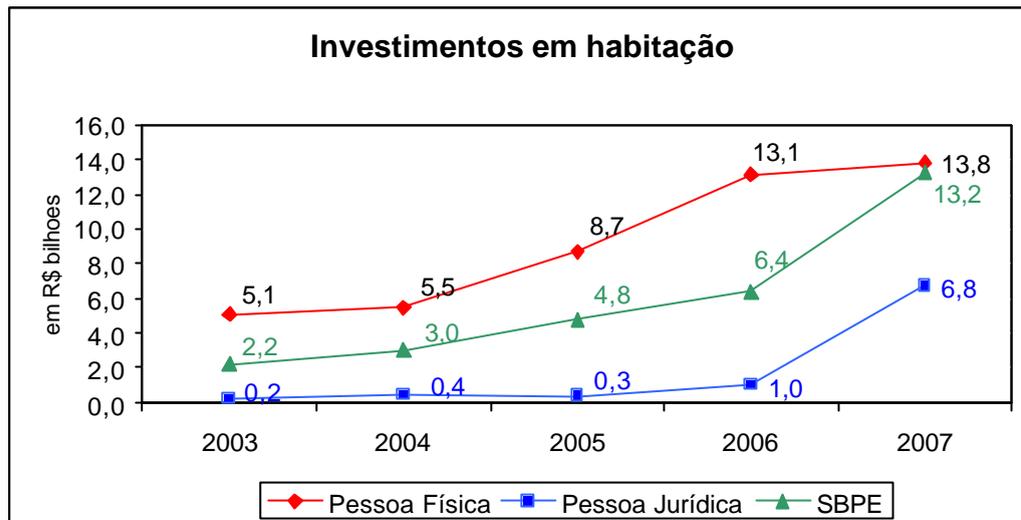
⁴ Programa Nacional de Alfabetização Escolar do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

⁵ Associação Brasileira dos Supermercados.

HABITAÇÃO

Novos programas e injeção de recursos para financiamento beneficiam população de baixa renda e classe média

Evolução dos recursos



Notas: Valores de operações contratadas – 1) Pessoa Física: Programa Crédito Solidário, Programa de Arrendamento Residencial – PAR, Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH e Carta de Crédito FGTS; 2) Pessoa Jurídica: Programas e Ações do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS, Plano Prioritário de Investimento, Pró-Morada e Apoio à Produção; 3) SBPE¹.

Baixa renda

- Programa Prioritário de Investimento (PPI/PAC):
 - Projetos selecionados conjuntamente com estados, DF e municípios. Eleitas 12 regiões metropolitanas, capitais e municípios com mais de 150 mil habitantes.
 - Diretrizes: projetos de grande porte com impacto na articulação e integração do território e recuperação ambiental das áreas envolvidas.
 - Selecionados 295 projetos em 27 estados e 117 municípios, num total de R\$ 7,9 bi, sendo R\$ 5,4 bi do OGU² e R\$ 2,5 bi de financiamento (FGTS/FAT).
- Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS – lei 11.124/05):
 - Centraliza recursos orçamentários de R\$ 1 bi/ano. Aplicação definida por Conselho Gestor³. Escolha de projetos se dá por meio de seleção pública.
 - Selecionados R\$ 2 bi de recursos para 2007 e 2008.

Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo – SBPE

- Aumento recorde em contratações e no volume financeiro: 22.069 unidades habitacionais contratadas em mai/08, maior valor em 20 anos.
- Elevação das contratações deve-se a uma série de fatores, tais como: Lei 10.931/04, que trata do patrimônio de afetação nas incorporações imobiliárias; Resolução 3.177/04 do Conselho Monetário Nacional que, entre outras providências, aumentou a penalidade pela não aplicação de recursos da caderneta de poupança em operações de financiamento imobiliário; retomada do crescimento econômico; e aumento da renda.

¹ Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo – crédito imobiliário com recursos de depósitos de poupança.

² Orçamento-Geral da União.

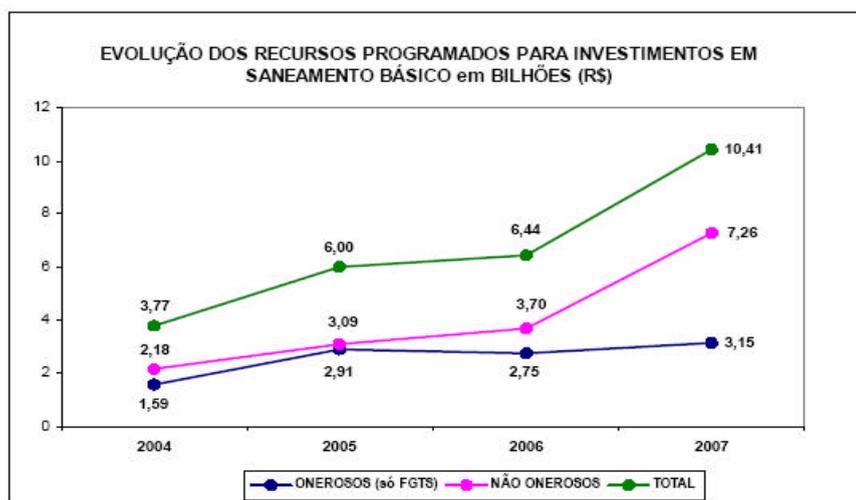
³ Ocorre por meio do Programa Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários e do Programa Habitação de Interesse Social (Provisão Habitacional de Interesse Social, Assistência Técnica, Elaboração de Planos Locais de Habitação de Interesse Social e Produção Social da Moradia).

SANEAMENTO

Investimentos federais são retomados, ampliados e melhoram condições de vida de milhões de famílias

Resultados em 2007

- Recursos para saneamento básico¹ em 2007 totalizaram R\$ 10,4 bi: R\$ 3,1 em recursos onerosos² e R\$ 7,3 bi em recursos não onerosos³.
- Aumento de 79,1% ante a média de anos anteriores (2003-2006): +17,7% de recursos onerosos e +132,9% de não onerosos.
- Dos R\$ 10,4 bi, comprometidos⁴ R\$ 10,2 bi⁵ (+278% ante a média 2003-2006) e desembolsados R\$ 3,5 bi⁶ (+105% na mesma comparação).
- Estima-se que recursos comprometidos beneficiarão cerca de 2,8 milhões de famílias e gerarão mais de 542 mil empregos.



*As séries foram indexadas pelo IGP-DI médio anual do FGV para o ano de 2006.

Obras

- Até dez/07, existiam no país 2.315 obras de saneamento em andamento apoiadas por recursos federais diretos ou financiadas – uma carteira de investimentos de R\$ 7,7 bi.
- Desembolsos realizados entre jan/03 e dez/07 permitiram concluir 5.463 obras em todo o país – investimentos da ordem de R\$ 1,8 bi.

Perspectivas – PAC 2008-2010

- Retomada de investimentos está sendo consolidada pelo PAC, que amplia consideravelmente os recursos para os próximos anos (2008-2010), promove regularidade e previsibilidade na oferta de recursos, favorece o planejamento setorial e impede contingenciamentos orçamentários e financeiros⁷.

¹ Fonte: Documento “Gasto Público em Saneamento Básico – Governo Federal e Fundos Financiadores, Relatório de Aplicações de 2007”, da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, do Ministério das Cidades, disponível em <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/saneamento-ambiental/gasto-publico-em-saneamento/gasto-publico-em-saneamento>. A Funasa é responsável pela infra-estrutura de saneamento básico em municípios com até 50 mil habitantes.

² Provenientes de financiamentos e têm como fontes o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Tratam-se de empréstimos de longo prazo concedidos a taxas de juros reduzidas para investimentos em ações de saneamento básico.

³ Oriundos da Lei Orçamentária Anual – Orçamento Geral da União e não prevêem retorno financeiro direto dos investimentos, pois os beneficiados não precisam ressarcir os cofres da União.

⁴ Compromissos de gastos firmados, que expressam os contratos de financiamento onerosos firmados e os empenhos no Orçamento Geral da União para os recursos não onerosos (sinalizam os investimentos futuros comprometidos).

⁵ 48,2% oriundos de fontes não onerosas e 51% de fontes onerosas.

⁶ Gastos efetivamente realizados, condicionados, em sua maioria, à execução física das etapas dos empreendimentos.

⁷ Os reflexos deste incremento nos compromissos de gasto sobre os desembolsos deverão ser observados quando as etapas dos empreendimentos forem efetivamente executadas pelos proponentes.

INCLUSÃO DIGITAL

Facilidades para aquisição de computadores e popularização do acesso à internet resultam em um número recorde de internautas no País.

Programa Banda Larga nas Escolas – Lançamento: 8abr/08

- Decreto 6.424, de 4abr/08: obriga concessionárias de telefonia fixa a implantar internet banda larga nos 5.564 municípios do País, em três fases (40% em 2008, 80% em 2009 e o total em 2010).
- Serão doados *modems* e serviços de conexão à internet de alta velocidade a 56,7 mil escolas públicas, atendendo 86% dos alunos do ensino básico.

Programa Computador Portátil para Professor

- Decreto 6.504, de 4jul/08: financiamento e facilidades de logística para aquisição de computador.
- Meta: beneficiar, em dois anos, 3,4 milhões de professores dos ensinos básico, superior e profissional, público e privado.

Computador para Todos

- PIS/Cofins reduzidos (9,25%); financiamento; garantia de 15h de conexão discada a R\$ 7,50 (tarifa 84% menor que a normal).

Telecentros comunitários

- Meta: doação de 5.400 *kits* de telecentros para municípios em 2008.

Um Computador por Aluno – UCA

- Meta 2008: licitação de 150 mil *notebooks* para cinco escolas estaduais por estado (pelo menos uma rural); até cinco escolas municipais em cada estado; e cinco municípios completos (até 5 mil professores e alunos).

Aquisição e acesso

- O número de usuários de internet no país chegou à marca recorde de 41 milhões no fim do 1º trim/08¹.
- Jovens da classe C: 49,4% possuem acesso à rede mundial em casa², em três capitais do País (São Paulo, Recife e Porto Alegre).
- Brasil ocupa 1º lugar em comercialização de PCs³ na América Latina (47,3%) e 5º no mundo, com previsão de ser o 3º em 2010.
- No 1º trim/08, foram vendidos 2,82 milhões de PCs, 18,7% a mais que no mesmo período de 2007.
- Vendas em 2007: 10 milhões de PCs (24,4% a mais que em 2006). *Notebooks* e *desktops*: 183% e 7% a mais que em 2006, respectivamente.
- Cai participação do *clone*⁴ no mercado de computadores, de 64% em 2004 para 35% em 2007.

¹ Estudo do Ibope NetRatings, refere-se a maiores de 16 anos que acessam a rede em qualquer ambiente.

² Pesquisa do Instituto Data Popular.

³ *Personal Computer* – computador pessoal.

⁴ Mercado *clone*: máquinas montadas com componentes adquiridos ilegalmente, geralmente por empresas que não possuem Processo Produtivo Básico (PPB).

ESPORTES

Políticas para o desporto consolidam-se como instrumentos complementares para redução da desigualdade e da vulnerabilidade social

Programas

- Segundo Tempo (lançado em 2003)
 - Oferece atividades esportivas e educativas no contraturno da escola.
 - Crianças recebem café reforçado e almoço ou almoço e lanche.
 - Atendeu, entre 2003 e abr/08, 2,9 milhões de crianças e adolescentes.
 - Presente em 1.185 municípios de 26 estados e Distrito Federal.
- Pintando a Liberdade (lançado em 1999)
 - Ressocializa internos do sistema penitenciário.
 - Contribuiu com ressocialização e profissionalização de 12.700 detentos.
 - Entre 2003-2007, programa passou de 16 para 73 unidades prisionais.
- Pintando a Cidadania¹ (criado em 2004)
 - Objetiva a inclusão social de pessoas residentes em comunidades carentes e ingresso no mercado de trabalho em fábricas de materiais esportivos.
 - Já beneficiou 1.873 pessoas. Produzidos, entre 2004-2007, 3,49 milhões de itens em 23 unidades de áreas carentes.
- Esporte e Lazer na Cidade (lançado em 2003)
 - Programa focado em pesquisa, informação, gestão compartilhada e ações educativas de esporte e lazer de inclusão social.
 - Orçamento de 2008 para Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer é de R\$ 7,1 mi, mais R\$ 21,1 mi de emendas parlamentares.
 - Meta é financiar 404 núcleos, beneficiando 1,6 milhão de pessoas.
 - Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer para Idosos/Vida Saudável receberam R\$ 3,2 mi, para financiar 81 núcleos, beneficiando 80 mil idosos.
 - Recursos para desenvolver esporte recreativo e lazer/Rede Cedes (Centro do Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do lazer): R\$ 1 mi para 22 pesquisas.
- Bolsa-Atleta (lançado em 2005)
 - Concedeu auxílio financeiro a 3.945 atletas de alto rendimento sem patrocínio. Em 2007, foram 2.712 bolsas.
 - Orçamento previsto para 2008 é de R\$ 21 mi.
 - Inscritos 4.589 no programa; destes, 1.397 são pedidos de renovação e 3.192 são novas solicitações.

Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016

- RJ é uma das cidades candidatas. Pela primeira vez uma candidatura brasileira passa à segunda fase.
- Em 2out/09, em Copenhague (Dinamarca), será anunciada a cidade-sede dos Jogos. Concorrem também Chicago (EUA), Madrid (Espanha) e Tóquio (Japão).
- Encaminhado ao Congresso projeto de lei que estabelece crédito de R\$ 85 mi para o orçamento da candidatura do Rio de Janeiro.

Timemania

- Loteria ajuda clubes de futebol a pagarem dívidas com União. Entre mar/08 (primeiro sorteio) e mai/08 foram repassados R\$ 10,9 mi para 80 clubes.

¹ O Pintando a Cidadania é uma ação do Projeto Pintando a Liberdade.

4 – BIBLIOTECA: ESTUDOS, ARTIGOS, PESQUISAS E ANEXOS

Índice

Tema	Página
1. PNDS 2006 - Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde	65
2. Estudo: <i>A queda da desigualdade entre as pessoas ocupadas</i> – IPEA	66
3. Pnad 2006 – Suplementos divulgados pelo IBGE em 28mar/08	67
4. ODM – Relatório 2007 – Pnud	68
5. Ambiente de Negócios	69
6. Exportações por Bloco Econômico	72
7. Conselhos e Conferências Nacionais 2003 a 2008	73

Fique atualizado, consulte também:

em questão

http://www.brasil.gov.br/noticias/em_questao

PNDS 2006

Pesquisa do Ministério da Saúde mostra melhora da saúde de mulheres e crianças

Objetivo

- Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS)¹ traçou perfil da população feminina em idade fértil e das crianças menores de cinco anos no Brasil. Oferece subsídios para avaliar avanços ocorridos na saúde da mulher e da criança e permite comparações internacionais.

Metodologia

- Maior parte dos dados coletada por meio de entrevistas domiciliares, realizadas com cerca de 15 mil mulheres entre 15 e 49 anos, que vivem em áreas urbanas e rurais.

Principais resultados – período 1996-2006

- Mortalidade infantil: redução de 44% (39 para 22 por 1.000 nascidos vivos).
- Redução de cerca de 50% na desnutrição na infância: de 13% para 7%. Redução excepcional no Nordeste: 67%.
- Prevalência de aleitamento materno exclusivo entre crianças de zero a três meses é baixa (45%), embora melhor que resultado de 1996 (40%).
- Crianças menores de 60 meses amamentadas alguma vez: 96%.
- Diarréia em crianças menores de cinco anos caiu de 14% para 9%.
- Tosse acometeu 35% das crianças em 2006, contra 47% em 1996.
- Das crianças brasileiras menores de cinco anos, 7% apresentam excesso de peso em relação à altura (obesidade infantil). Resultado estável em relação a 1996.
- Mães que realizaram no mínimo seis consultas pré-natal (conforme recomendação do Ministério da Saúde) somam 77%.
- Mulheres estão começando sua vida sexual cada vez mais cedo: 33% delas com relações sexuais antes dos 15 anos (o triplo de 1996).
- Jovens de 15 a 19 anos sexualmente ativos: 66% já usaram algum método contraceptivo.
- Taxa de fecundidade em queda, atinge valor de 1,8 filho por mulher, contra 2,5 registrados em 1996.
- Rejuvenescimento do processo reprodutivo, com mulheres mais jovens (15 a 19 anos) representando 23% da taxa total, contra 17% em 1996.
- Ampliou-se a cobertura do parto hospitalar (de 91% para 98%) e do parto assistido por profissionais qualificados (de 91% para 98%).
- 4,8% dos domicílios pesquisados apresentavam insegurança alimentar grave e 62% tinham segurança alimentar.

Mais informações: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/pnds/index.php>

¹ Trata-se da 3ª edição da pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde: 1986, 1996 e 2006.

DESIGUALDADE SALARIAL

Estudo do IPEA mostra redução da desigualdade entre os rendimentos dos trabalhadores brasileiros

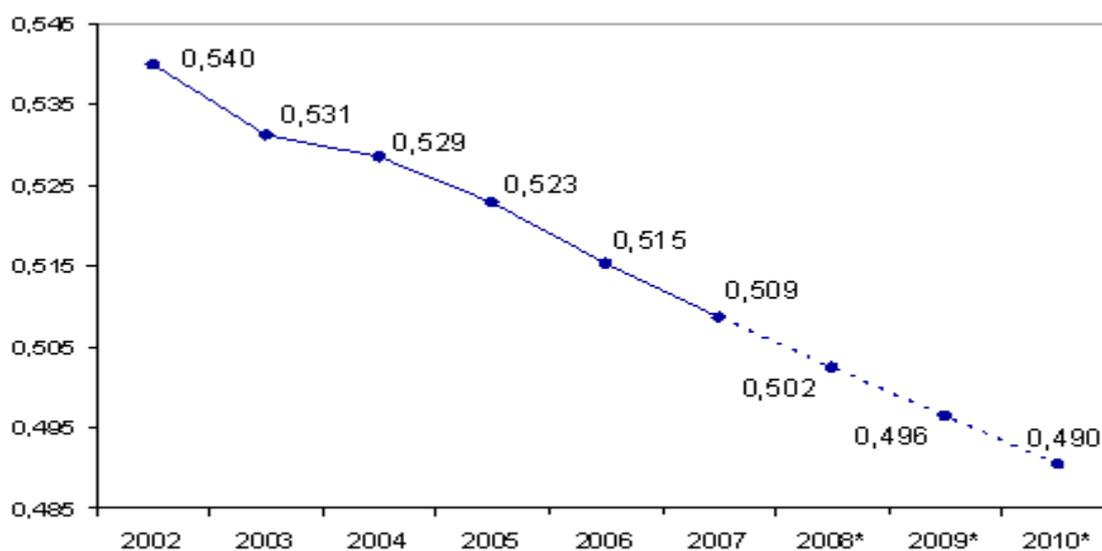
Metodologia do estudo¹

- Analisa a renda média do trabalho atualizada entre o 2º trimestre de 2002 e o 1º trimestre de 2008, por décimos² da população.
- Utiliza os microdados da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE³ das seis principais regiões metropolitanas do país.

Principais resultados do estudo

- O Índice de Gini⁴ caiu de 0,540 em 2002 para 0,509 em 2007 (ver gráfico 1). Para 2010, a previsão é de que ele chegue a 0,490 (o menor desde 1960).

Gráfico 1 – Evolução anual do Índice de Gini entre ocupados, 2002-2007



Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego/IBGE. (Elaboração própria.)

- A desigualdade entre os rendimentos das pessoas ocupadas caiu quase 7% entre o 4º trimestre de 2002 e o 1º trimestre de 2008.
- A melhora no índice ocorreu porque os trabalhadores mais pobres tiveram aumentos salariais maiores de 2002 a 2008.
- Apesar da queda no Gini, a participação da renda do trabalho no PIB está relativamente estável.

¹ “A queda da desigualdade entre as pessoas ocupadas” - IPEA, Comunicado da Presidência 6 (jun/08). <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/DesigualdadeRenda.pdf>.

² Décimo representa um subconjunto de uma população dividida em dez partes. Assim, quando se fala em primeiro décimo está se falando dos 10% da população com menor renda do trabalho.

³ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

⁴ Índice de Gini é o parâmetro internacional para medir desigualdade. Ele varia de 0 (igualdade absoluta) a 1 (desigualdade extrema).

PNAD 2006

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios registra avanços econômicos com melhoria dos indicadores sociais e padrões de consumo

Síntese do Suplemento Social da Pnad – IBGE (divulgado em 28mar/08)

- Analisa população atendida por programas e mede efeitos do Bolsa Família, BPC¹ e Peti² (além dos demais programas).
- Comparando-se dados de famílias com auxílio e famílias sem auxílio, é possível afirmar que:
 - Recursos chegaram efetivamente às famílias e regiões mais pobres.
 - Programas, com outras políticas, melhoraram condições de vida de famílias mais pobres.
 - Reforçaram-se incentivos para maior frequência escolar entre beneficiários.
 - Custo orçamentário do Bolsa Família permanece modesto, comparado a benefícios e resultados.

Melhora de indicadores econômicos e sociais

- Destaques no período 2003-2006
 - Renda média real aumentou 5,3%; desigualdade de renda pelo Índice de Gini caiu de 0,563 para 0,541 (o menor desde 1981).
 - Criadas 8,56 milhões de ocupações. Somente em 2006, foram 2,1 milhões, sendo 83% formais.
 - Taxa de desemprego diminuiu para 8,4% em 2006, menor nível desde 1998. Queda em todas as regiões.
 - Atual proporção de contribuintes para Previdência (48,8%) é a mais alta desde início dos anos 90.
 - Melhorou: abastecimento de água (83,2%), saneamento básico (70,6%), coleta de lixo (86,6%).
- Comparação 2005-2006: acesso a bens duráveis e serviços cresceu
 - Domicílios com geladeira (de 88% para 89,2%), máquina de lavar roupa (de 35,8% para 37,5%), televisão (de 91,4% para 93%) e computador (18,6% para 22,1%).
 - Atendidos por rede de energia elétrica (de 97,2% para 97,7%); telefonia (71,6% para 74,5%).
- Acesso à educação melhorou
 - Praticamente todas as crianças na escola (97,6%), na faixa 7-14 anos.
 - 5,9 milhões de estudantes universitários (+13,2% ante 2005).
 - Taxa de analfabetismo caiu de 10,2% para 9,6%, decrescendo em todas as regiões e em todas as faixas de idade.
- Trabalho infantil caiu de 12,2% da população ocupada para 11,5% em 2006 (5 a 17 anos).

¹ Benefício de Prestação Continuada.

² Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

ODM – RELATÓRIO 2007 – PNUD

Redução da desigualdade e melhor nível educacional e de saúde em 2007 atestam compromisso brasileiro com Objetivos do Milênio

Pobreza

- País ultrapassou meta de reduzir pela metade a pobreza extrema até 2015.
- Quase seis milhões de pessoas saíram da miséria entre 1992-2005.
- Desigualdade atingiu nível mais baixo da história em 2005.
- Desnutrição em crianças menores de um ano caiu para 2,4%, em 2006.

Educação

- Universalização do acesso à educação à população de 7 a 14 anos.
- Aumento do índice de conclusão da educação fundamental.
- Ampliação da taxa de alfabetização entre pessoas de 15 a 24 anos.

Igualdade de gênero

- Aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho.

Mortalidade infantil

- Redução da taxa de mortalidade infantil, especialmente na região Nordeste.

Saúde Materna

- Redução da mortalidade materna.

HIV/Aids, malária e outras doenças

- Estabilização da infecção pelo HIV (2000 a 2004).
- Redução da incidência de malária e de tuberculose em 2006.

Sustentabilidade ambiental

- Cumprida meta de diminuição do consumo de gás CFC (responsável pela destruição da camada de ozônio): queda acima de 90%, entre 1999-2006.
- Redução do desmatamento da Amazônia (44% entre 2003-2006).

Parceria Global

- 184 projetos e atividades em execução de cooperação técnica com países em desenvolvimento, em 2007.
- Brasil colaborou com desenvolvimento de países pobres: em 2006, reduziu os débitos, especialmente de países da África, em cerca de US\$ 400 milhões. Ao todo, foram reduzidos US\$ 1,25 bilhão em débitos.
- Aumentou o uso de novas tecnologias: o número de celulares dobrou no Brasil entre 2003 e 2006, chegando a 100 milhões de linhas; número de internautas chegou a 32,1 milhões em 2005¹.

¹ Ao final do 1ºsem/08, este número já alcançou a marca de 41 milhões. Ver dados sobre Inclusão Digital, página 62.

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Medidas microeconômicas reduzem burocracia, aperfeiçoam marcos legais e pavimentam caminho do desenvolvimento econômico

Medidas¹ para melhorar ambiente de negócios e reduzir burocracia

- **Nova Lei de Falências** (11.101/05 e LCp 118/05): promoveu a recuperação extrajudicial de empresas como alternativa à falência, permitindo continuidade de atividades e manutenção de empregos. Possibilitou que os ativos da massa falida fossem rapidamente alienados, evitando deterioração, sem prejuízo dos credores.
- **Lei Geral das Micros e Pequenas Empresas e Simples Nacional** (123/06): aperfeiçoou legislação em vigor, em particular quanto a regime tributário especial aplicável às MPEs, o Simples Nacional. Aprofundou desoneração e simplificou procedimentos relativos a registro e legalização de empresas, acesso a compras públicas, incentivo à inovação tecnológica, acesso à Justiça, dentre outros.
- **Lei de Registro e Legalização de Empresas e Redesim** (11.598/07): simplificou processo de registro e legalização de empresas e criou a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – Redesim.
- **Novo modelo para setor elétrico** (leis 10.871/04 e 11.097/05): criou carreiras e organizou cargos das agências reguladoras; introduziu biodiesel na matriz energética brasileira.
- **Criação de Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial – CNDI** (lei 11.080/04): atuam na formulação e promoção de políticas ativas de desenvolvimento industrial para geração de empregos.
- **Incentivo à Pesquisa e à Inovação Tecnológica** (leis 10.973/04 e 11.196/05): definiu série de incentivos fiscais para empresas investirem em pesquisa e inovação.
- **Patrimônio de Afetação² nas Incorporações Imobiliárias** (lei 10.931/04): criou regime fiduciário simplificado, blindando incorporações imobiliárias contra má-gestão ou fraude, conferindo mais transparência e segurança jurídica aos adquirentes de imóveis, assim como às instituições bancárias concedentes de crédito imobiliário.
- **PPP** (lei 11.079/04 e decretos 5.385/05 e 5.411/05): criou e regularizou normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada.
- **Abertura do Mercado de Resseguro** (LCp 126/07): abriu o mercado nacional, possibilitando surgimento de novas companhias privadas ou entrada de resseguradoras estrangeiras. Acabou com monopólio público sobre o setor, a fim de permitir oferta de produtos securitários a preços mais baixos e competitivos e maior grau de especialização.
- **Reformulação do Sistema de Normas e Demonstrações Contábeis** (lei 11.638/07, alterando Lei das S.A.): estendeu às sociedades limitadas de grande porte normas de elaboração/divulgação de demonstrações financeiras. Permite convergência das práticas contábeis ao padrão internacional.
- **Portabilidade Crédito/Informações Cadastrais** (Res. CMN 3.401/06 e Port. 301/06): conferiu maior concorrência entre instituições bancárias, permitindo transferência de contratos de crédito ou arrendamento mercantil de uma instituição financeira para outra com melhores condições de crédito ao consumidor. Obrigou a instituição financeira a fornecer informações cadastrais e o histórico de crédito ao cliente ou a terceiros autorizados. Permite uso das informações em benefício do consumidor como colateral de reputação em operações bancárias e creditícias.
- **Obrigatoriedade da Conta Salário** (Res. CMN 3.402/06): propiciou prestação de serviços de pagamentos de salários, aposentadorias e similares sem cobrança de

¹ Siglas utilizadas: LCp – Lei Complementar; MPE – Micro e Pequenas Empresas; PPP – Parcerias Público Privadas; Res. CMN – Resolução do Conselho Monetário Nacional; Port. – Portaria do Ministério da Fazenda; IR – Imposto de Renda; PL – Projeto de Lei; PLP – Projeto de Lei Complementar; PEC – Proposta de Emenda à Constituição.

² Capacidade de responder por obrigações financeiras.

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

tarifas, reduzindo o custo do cliente por movimentar salário em instituições bancárias, fomentando concorrência bancária.

■ **Mais transparência na cobrança de tarifas bancárias e no custo do crédito** (Custo Efetivo Total – CET); Res. CMN 3.516/07, 3.517/07 e 3.518/07: determinou que não haja cobrança de tarifas nos serviços considerados essenciais, obrigando instituições financeiras a informar Custo Efetivo Total (CET)³ anual antes e a qualquer momento da tomada de crédito, facilitando comparação pelo cliente do custo do crédito entre diferentes instituições bancárias, aumentando competição.

Racionalização do processo judicial e da execução de garantias creditícias

■ **Aperfeiçoamento da alienação fiduciária de automóveis** (lei 10.931/04): facilitou procedimento de execução da garantia, reduzindo nível de depreciação do bem, e concorrendo para ampliação de crédito para aquisição de automóveis, com menores taxas e melhores condições.

■ **Execução de sentença judicial** (lei 11.232/05): deu agilidade ao cumprimento da sentença condenatória e reduziu incentivos a manobras protelatórias (devedor tem 10 dias para pagar, senão incide multa de 10% no valor).

■ **Súmula impeditiva de recursos** (lei 11.276/06): reforçou sistema jurisprudencial, permitindo que matérias com entendimento firmado pelos Tribunais Superiores não motivem recursos de natureza protelatória.

■ **Execuções de títulos extrajudiciais** (lei 11.382/06): modificou execução extrajudicial, facilitou penhora de bens de melhor qualidade, agilizou processo de execução e eliminou possibilidade de embargos protelatórios.

Incentivo à poupança de longo prazo e ampliação da oferta de crédito

■ **Consignação em folha de pagamento** (lei 10.820/03): autorizou desconto em folha de pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento, minimizando riscos e reduzindo custos de crédito ao consumidor.

■ **Cédula de Crédito Bancário⁴ e Letra⁵ e Cédula de Crédito Imobiliário⁶** (lei 10.931/04): novos instrumentos, ágeis e juridicamente seguros, para cessão ou securitização de créditos, melhorando gestão de risco do segmento, e desenvolvendo alternativa de capitalização das instituições concedentes de crédito, de forma a ampliar volume de recursos ao consumidor.

■ **Títulos de securitização de créditos originados no agronegócio – Certificados de Depósitos e Warrant Agropecuário** (lei 11.076/04): novos instrumentos para cessão e securitização de crédito rural, melhorando gestão de risco do segmento e desenvolvendo alternativa de captação de recursos privados ao setor agropecuário.

■ **Novo regime de tributação da Previdência Complementar** (leis 11.053/04 e 11.196/05): introduziu novas regras de tributação para as entidades de Previdência Complementar e seus participantes, incentivando formação de poupança de longo prazo. Isentou de Imposto de Renda as aplicações dos recursos dos fundos de pensão.

■ **Isenção de IR na troca de imóveis residenciais** (lei 11.196/05): isentou ganhos obtidos por pessoa física com venda de imóvel residencial, quando proprietário comprar outro imóvel em até 180 dias – reduzindo custo de transação e promovendo maior giro e liquidez nesse mercado.

³ Resultado de cálculo que reflete a totalidade dos encargos e despesas das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro.

⁴ Título de crédito emitido, por pessoa física ou jurídica, em favor de instituição financeira ou entidade a esta equiparada, representando promessa de pagamento em dinheiro, decorrente de operação de crédito de qualquer modalidade.

⁵ Lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel, conferindo a seus tomadores direito de crédito pelo valor nominal, juros e, se for o caso, atualização monetária nelas estipulados.

⁶ Representa os créditos imobiliários.

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

■ **Juros prefixados nos financiamentos do SFH** (lei 11.434/06): autorizou que contratos de financiamento imobiliário celebrados no âmbito do SFH⁷ utilizem apenas juros pré-fixados, eliminando a obrigatoriedade de aplicação da TR – o que conferiu perfil mais adequado a crédito para fins de securitização e ofereceu ao consumidor um tipo de contrato sem risco da taxa de juros ou inflação e com maior previsibilidade.

■ **Consignado em folha para o financiamento imobiliário** (decreto 5.892/06): estendeu a operação de crédito consignado a financiamento imobiliário.

Em tramitação no Congresso Nacional

■ **PL das agências reguladoras**: visa dar estabilidade para reduzir custos de transação e melhorar ambiente de investimentos (3.337/04 – Câmara dos Deputados).

■ **PL de modernização do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência** (5.877/05, apensado ao 3.937/04): busca maior eficiência na proteção de interesses de consumidores; reduz prazo de tramitação de casos e custo administrativo; define papel dos três órgãos⁸ que atuam sobre o tema; garante recursos materiais e humanos e aperfeiçoa legislação anterior, de 1994.

■ **PL de regulamentação de banco de dados de proteção ao crédito – Cadastro Positivo** (5.870/05 – Câmara dos Deputados, apensado ao 836/03): traz regras sobre atuação dos bancos de dados e condições para que cadastrados tenham acesso a suas informações de crédito e outras, que possam constituir seu colateral de reputação, a ser utilizado para acesso a melhores condições em operações creditícias. A inovação é permitir a coleta não apenas de informações “negativas” (de inadimplência), mas as “positivas” das empresas/pessoas.

■ **PL que cria Fundo de Proteção ao Consumidor de Seguros, Capitalização e Previdência Aberta** (3.498/08 – Câmara dos Deputados): traz medidas para fortalecimento do Sistema Nacional de Seguros Privados, Previdência Complementar Aberta e Capitalização; visa proteger consumidor de riscos de liquidação e insolvência de companhias ligadas a esses setores.

■ **PLP Fundo de Catástrofe do Seguro Rural** (374/08 – Câmara dos Deputados): autoriza seguradoras privadas a constituírem Fundo de Catástrofe para cobertura de operações de seguro rural contra efeitos climáticos.

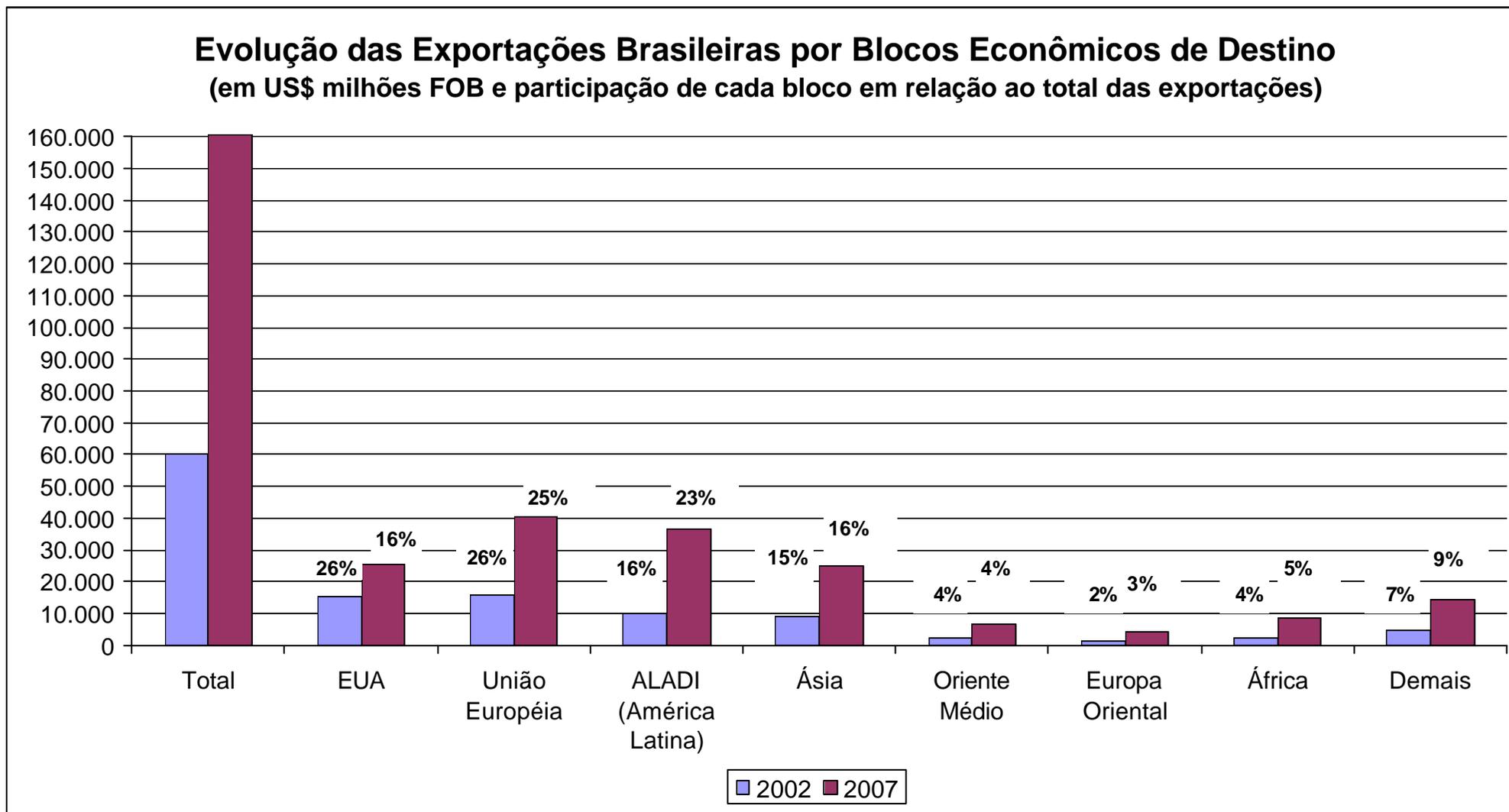
■ **PEC da Reforma Tributária** (233/2008 – Câmara dos Deputados): simplifica sistema tributário, conferindo mais racionalidade a tributos diretos federais e indiretos federais e estaduais, estabelecendo nova repartição de recursos, com a criação do IVA-Federal e do novo ICMS, padronizando alíquotas, eliminando cumulatividade e combatendo a guerra fiscal.

⁷ Sistema Financeiro de Habitação.

⁸ Secretarias de Acompanhamento Econômico – Seae (Ministério da Fazenda), de Direito Econômico - SDE (Justiça) e Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade, autarquia vinculada ao Ministério da Justiça.

EXPORTAÇÕES POR BLOCO ECONÔMICO

Evolução das exportações brasileiras por blocos econômicos de destino mostra diversificação dos parceiros comerciais



CONSELHOS E CONFERÊNCIAS NACIONAIS

Entre 2003 e 2008, mais de 3,4 milhões de brasileiros participaram de 48 conferências para debater políticas públicas

Criação e recriação de conselhos

- Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES (2003)
- Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI (2003)
- Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo – Conatrae (2003)
- Conselho Nacional das Cidades (2003)
- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea (2003)
- Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca – Conape (2003)
- Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR (2003)
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – Condraf (2003)
- Conselho Nacional da Juventude (2005)
- Conselho Nacional de Política Cultural (2007)

Consolidação dos conselhos existentes

- Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM
- Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda
- Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD
- Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência (Conade)

Conferências realizadas

- Conferência Nacional de Direitos Humanos (2003/2004/2006)
- Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica (2003)
- Conferência Nacional das Cidades (2003/2005/2007)
- Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (2003/2005/2007)
- Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca (2003/2006)
- Conferência Nacional do Meio Ambiente (2003/2005/2008)
- Conferência Nacional Infanto-Juvenil do Meio Ambiente (2003/2006)
- Conferência Nacional de Saúde (2003/2007)
- Conferência Nacional de Assistência Social (2003/2005/2007)
- Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2004/2007)
- Conferência Nacional do Esporte (2004/2006)
- Conferência Nacional das Políticas Públicas para as Mulheres (2004/2007)
- Conferência Nacional de Saúde Bucal (2004)
- Conferência Brasileira sobre Arranjos Produtivos (2004/2005)
- Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (2005)
- Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (2004/2005)
- Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador (2005)

CONSELHOS E CONFERÊNCIAS NACIONAIS

- Conferência Nacional de Cultura (2005)
- Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (2005)
- Conferência Nacional de Saúde Indígena (2006)
- Conferência Nacional dos Povos Indígenas (2006)
- Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (2006)
- Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (2006)
- Conferência Nacional de Economia Solidária (2006)
- Conferência Nacional de Imunodeficiências Primárias (2006)
- Conferência Nacional de Educação Profissional Tecnológica (2006)
- Conferência Nacional da Educação Básica (2008)
- Conferência Nacional da Juventude (2008)
- Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2008)
- Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (2008)